

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Gil Eduardo Fontes Linhas Guerra

**Determinantes do Produto Bancário
Antes e Após Crise: Estudo de Caso de
uma Agência Bancária**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Gil Eduardo Fontes Linhas Guerra

**Determinantes do Produto Bancário
Antes e Após Crise: Estudo de Caso de
uma Agência Bancária**

Relatório de Estágio
Mestrado em Economia

Trabalho realizado sob a orientação do
**Professor Doutor Carlos Alberto Arriaga
Taboleiros da Costa**

abril de 2014

Nome: Gil Eduardo Fontes Linhas Guerra

Endereço Eletrónico: gilguerra81@gmail.com

Telefone: 910899442

Título do Relatório de Estágio: Determinantes do Produto Bancário Antes e Após Crise: Estudo de Caso de uma Agência Bancária

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Arriaga Taboleiros da Costa

Ano de Conclusão: 2014

Designação do Mestrado: Economia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 30 de abril de 2014

Assinatura: _____

Agradecimentos

Este relatório representa o final de uma grande etapa na minha vida pessoal e do meu percurso na vida académica.

É com muito aprazimento que agradeço a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste relatório, especialmente:

Ao Professor Doutor Carlos Alberto Arriaga Taboleiros da Costa por aceitar orientar este relatório, e desde logo, ter demonstrado uma disponibilidade incrível em todas as fases do trabalho. Enalteço, o seu sentido crítico e todas as sugestões que me indicaram o caminho a seguir.

Aos professores da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho que me brindaram com a sua excelente formação e me proporcionaram uma excelente aprendizagem.

Ao Doutor José Domingues Bonjardim Vieira, gerente da AGÊNCIA de Santa Tecla da Caixa Geral de Depósitos, pela sua prontidão no esclarecimento de questões que surgiam ao longo da constituição do relatório, contribuindo para a concretização do mesmo.

A toda a equipa da AGÊNCIA com quem trabalhei, que me recebeu da melhor forma e me transmitiu conhecimentos valiosos, ao longo dos quatro meses de estágio.

Aos meus familiares que estiveram sempre presentes, que me proporcionaram a possibilidade de completar a minha formação e me transmitiram a força e o apoio necessário para conseguir ultrapassar os problemas que surgiam.

À minha namorada por todo o apoio e incentivo e pela atenção que me deu nos momentos mais complicados.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

Determinantes do Produto Bancário Antes e Após Crise: Estudo de Caso de uma Agência Bancária

Resumo

As entidades bancárias têm procurado encontrar alternativas para aumentar a margem financeira que tem sido negativa, afetando o produto bancário que é uma das principais medidas de performance bancária.

O objetivo do relatório é comparar os determinantes que influenciam o produto bancário da AGÊNCIA da CGD de Santa Tecla em Braga com os dados nacionais da CGD, no período de 2008 a 2012. Para alcançar este objetivo foram escolhidos e recolhidos dados de determinantes internos (margem financeira, margem complementar, resultados antes de impostos e custos com o pessoal) e externos (taxa de inflação, a taxa de crescimento do PIB e a taxa *Euribor*) que foram analisados no *software* estatístico SPSS.

Os resultados mostram que, na análise comparativa dos determinantes referidos, ao nível da AGÊNCIA e da CGD, nos períodos 2008-2009 e 2010-2012, não existem diferenças significativas entre os dois períodos, com exceção para a CGD nos indicadores margem financeira e custos com o pessoal.

No que concerne a análise comparativa entre a AGÊNCIA e a CGD no período 2008-2012, observa-se que a maioria dos determinantes internos são estatisticamente diferentes (nomeadamente a margem financeira, margem complementar e os custos com o pessoal).

Dada a importância da margem financeira na performance do produto bancário, conclui-se que existe uma diferença entre a margem financeira da CGD entre os períodos 2008-2009 e 2010-2012 que é possivelmente explicada pela alteração do *spread* nos dois períodos em estudo e não pela variação dos juros pagos nos depósitos, nos juros recebidos dos créditos e a variação da taxa *Euribor* a 12 meses.

Palavras-chave: Crédito, Depósitos, Rácios, Margem Financeira, Produto Bancário, taxa *Euribor* e *Spread*

Determinantes do Produto Bancário Antes e Após Crise: Estudo de Caso de uma Agência Bancária

Abstract

Commercial banks are looking for alternative ways to raise the financial margin, which has been negative, affecting the gross income (“Produto Bancário”), one of the major measures of banks performance.

The aim of this report is to compare the internal and external determinants that influence the gross income of CGD’s AGENCY of Santa Tecla in Braga with the national results of CGD, in the period between 2008 and 2012. To accomplish our goal we selected and collected data of internal (financial margin, complementary margin, earnings before taxes and personal costs) and external (inflation rate, DGP growth rate and Euribor rate) gross income’s determinants, which was analyzed using the statistical software SPSS.

Our results show, that in a comparative analysis of the indicated determinants at the AGENCY and CGD in the periods 2008-2009 and 2010-2012, there was no significant differences between the two periods with the exception, for the CGD, in the indicators of financial margins and personal costs.

Concerning the comparative analysis between the AGENCY and the CGD in the period 2008-2012, our results show that the majority of the internal determinants are statistically different (namely financial margin, complementary margin and personal costs).

Given the importance of the financial margin in bank performance, we conclude that there is a significant difference in the financial margin between the periods 2008-2009 and 2010-2012. This is possibly explained by the observed variation in CGD’s spread for the two referred periods, and not variations in interest rates on deposits and loans or by variations in the Euribor rate.

Keywords: Credits, Deposits, Ratios, Financial Margin, Gross Income, Euribor rate and Spread

Índice Geral

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Índice Geral	ix
Índice Informativo	xv
Lista de Abreviaturas e Siglas	xvii
1. Introdução	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Objetivos e Metodologia	2
1.3. Estrutura do Relatório	4
2. Revisão da Literatura.....	5
2.1. Contextualização da Banca a Nível Mundial	5
2.2. Determinantes Internos e Externos do PB	7
2.2.1. Quais os Determinantes Internos que Afetam os Bancos	8
2.2.1.1. MF e MC - As Margens como Principais Determinantes do PB	9
2.2.1.2. Resultados Antes de Impostos	10
2.2.1.3. Custos Operacionais – Incluindo os custos com o pessoal	11
2.2.1.4. Gestão do Risco	12
2.2.2. Quais os Determinantes Externos que Afetam os Bancos	13
2.2.2.1. Taxa de Inflação	14
2.2.2.2. Taxa de Crescimento do PIB	15

2.2.2.3. Taxa de Referência <i>Euribor</i>	16
3. A CGD no Contexto Nacional e Europeu	17
3.1. Conhecer e refletir sobre a missão da CGD face aos desafios e restrições trazidas ao setor bancário	18
3.2. Perceber quais as vantagens da CGD em relação à banca universal portuguesa em geral.....	18
3.3. Analisar especificamente os resultados da AGÊNCIA bancária da CGD e reconhecer quais os produtos de CP que mais contribuem para o aumento da rentabilidade da AGÊNCIA	20
3.4. Compreender qual a estratégia da Sucursal no contexto da CGD, quer em termos de quota, quer em termos de composição do PB	22
3.5. Reflexão sobre o que representa a AGÊNCIA de Santa Tecla no universo da CGD, estabelecendo a comparação entre dois indicadores no período em análise.....	24
3.5.1. Conclusão da análise dos Gráficos	32
4. Metodologia e Dados.....	35
4.1. Designação da Amostra.....	35
4.2. Análise das diferenças estatísticas	37
4.2.1. Análise dos rácios específicos quer da AGÊNCIA quer da CGD para os dois períodos em questão.....	38
4.2.2. Análise das diferentes estatísticas entre os dois grupos.....	41
4.2.3. Análise dos juros, que são os componentes que constituem a MF da CGD.....	43
4.3. Conclusão da análise dos Quadros	44
5. Estágio realizado na AGÊNCIA da CGD.....	47
5.1. Estrutura Orgânica da AGÊNCIA.....	47

5.2. Funções importantes que o estagiário desempenha na AGÊNCIA.....	49
5.3. Como aumentar a rentabilidade da AGÊNCIA analisando o PB e as Margens.....	50
5.4. Algumas reflexões sobre o estágio e considerações gerais dos Gráficos.....	55
6. Considerações Finais	57
6.1. Principais Conclusões	57
6.2. Limitações do Estudo	58
Bibliografia.....	61
Apêndices	67

Índice Informativo

Quadros

Quadro 1 - Análise da Taxa Média de Poupança das Famílias	21
Quadro 2 - Análise das Principais Variáveis Internas e Externas	38
Quadro 3 – Análise das Variáveis Internas entre a AGÊNCIA e a CGD.....	41
Quadro 4 – Análise da MF com as Taxas de Juro a Receber e a Pagar	43
Quadro 5 - Análise do PB - Unidade Orgânica: 0721 Santa Tecla	51

Gráficos

Gráfico 1 – Depósitos e Créditos Efetuados pela AGÊNCIA.....	24
Gráfico 2 – Depósitos e Créditos Efetuados pela CGD.....	25
Gráfico 3 – Juros Recebidos dos Créditos e Juros Pagos dos Depósitos da CGD	27
Gráfico 4 – Taxas de Juro a Receber dos Créditos e Taxas de Juros a Pagar dos Depósitos da CGD	28
Gráfico 5 – Rácios dos Créditos Efetuados pela AGÊNCIA e pela CGD	30
Gráfico 6 – Rácios dos Depósitos Efetuados pela AGÊNCIA e pela CGD	32
Gráfico 7 – Variação do PB Anual da AGÊNCIA (Euros)	52
Gráfico 8 – Variação da Taxa <i>Euribor</i> a 12 Meses (%)	53
Gráfico 9 – Variação do PB do Mês de dezembro da AGÊNCIA (Euros)	54

Lista de Abreviaturas e Siglas

- APB – Associação Portuguesa de Bancos
- ATM – *Automatic Teller Machine*
- ATS – *Automatic Transfer Service*
- BCE – Banco Central Europeu
- CP – Curto Prazo
- CRM – *Customer Relationship Managemen*
- CGD – Caixa Geral de Depósitos, SA
- Dez - Dezembro
- DP – Depósitos a Prazo
- EUA – Estados Unidos da América
- Euribor – Euro Interbank Offered Rate.*
- GAP – Gestão de Ativos e Passivos
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IRS – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares
- LP – Longo Prazo
- MC – Margem Complementar
- MECO – Mestrado em Economia
- MF – Margem Financeira
- N/S – Não Significativo
- PB – Produto Bancário
- PIB – Produto Interno Bruto
- PME – Pequenas e Médias Empresas
- SA – Sociedade Aberta
- TPA- Terminal de Pagamento Automático
- UE – União Europeia

1. Introdução

O estágio curricular desenvolvido no âmbito do mestrado em economia, teve lugar, numa AGÊNCIA da CGD. O estágio pretendia desenvolver competências na área financeira, nomeadamente em operações de crédito, em operações de *backoffice* e em procedimentos necessários para a avaliação do risco. O estágio foi o ponto de partida para selecionar os principais determinantes que influenciam o PB.

1.1. Enquadramento

A crise financeira mundial, que teve início em 2008 com a crise do *subprime* levou à falência várias instituições financeiras quer a nível nacional quer internacional como o BPN e o BPP em Portugal e Lehman Brothorse e o Freddie Mac nos EUA. A banca em termos gerais tem sido fortemente penalizada com a crise económica e financeira dos últimos cinco anos, nomeadamente com a evolução das taxas de juro de CP, devido ao peso ainda influente do crédito das operações hipotecárias, indexadas à taxa *Euribor* com taxas de *spreads* reduzidos.

A concorrência entre bancos é uma realidade não apenas no setor bancário mas também no sistema financeiro. Estes acontecimentos, quer por necessidades de escala quer pelo aumento da quota de mercado, ambos afetam a estrutura do setor bancário bem como a implementação de estratégias dos bancos. As crises no setor financeiro a par dos acréscimos de risco obrigaram a uma necessidade de criar novas regulamentações. A reforma do sistema bancário iniciou-se nos EUA e só mais tarde afetou a Europa. Foram implementadas medidas de precaução por Basileia.

As frequentes reformas e a consolidação orçamental dos países, associada à concorrência entre os mesmos alteraram o paradigma bancário em que os bancos operam, uma vez que foi necessário implementar medidas que aumentassem a liquidez e diminuíssem a elevada atribuição de crédito dos bancos, como aludem Angelini e Cetorelli (1999). Para além de ter contribuído negativamente para os resultados dos bancos, a crise parece ter vindo a afetar a importância de cada item que constitui o PB.

1.2. Objetivos e Metodologia

Com este estudo pretende-se compreender os determinantes do PB num banco, designadamente a CGD¹. Em particular, o objetivo deste relatório é analisar os determinantes do PB, da AGÊNCIA de Santa Tecla em Braga², e estabelecer uma comparação dos mesmos indicadores para a CGD.

Na literatura relevante, a MF é o principal indicador que afeta o PB. Assim, pretende-se compreender se o comportamento da AGÊNCIA tem divergido ou acompanhado a evolução geral do Banco no que respeita à MF. Wong (1997a) estima que normalmente a MF representa 80% ou mais dos lucros dos bancos.

Os determinantes do PB contribuem no apoio à economia na medida em que, por exemplo, um aumento da MF aumenta a atribuição de crédito às empresas, e estas podem agora aumentar a sua produtividade e competir no mercado. O rápido crescimento dos bancos levanta uma questão importante no desenvolvimento da economia. Levine (1997) refere que a eficácia da intermediação financeira pode interferir no crescimento económico e a ocorrência de insolvência pode determinar uma crise global com determinadas consequências adversas para uma economia como um todo. Seguindo o mesmo raciocínio, o crescimento dos bancos contribui para a estabilidade do setor financeiro da banca, que é muito importante para a estabilidade da economia, como analisam Sufian e Habibullah (2009a).

Alguns autores afirmam que os bancos bem capitalizados têm menor risco de falência, um custo de financiamento baixo e elevadas margens de juro sobre os ativos, como Demirguç e Huizinga (1999a) e Abreu e Mendes (2002a) que investigam os determinantes da margem líquida de juros e da rentabilidade.

Não obstante algumas características específicas da CGD e a sua função na banca universal, ou seja, permite comparar a sua atividade com a de outros bancos que

¹ Ao longo do estudo, a sigla Caixa Geral Depósitos, S.A. - CGD caracteriza-se como a CGD a nível nacional, pode ser designada como a Sede ou Caixa e incorpora as diferentes Sucursais delimitadas ao longo do país. Consultar <https://www.cgd.pt/corporativo/rede-cgd/pages/agencias.aspx>.

² AGÊNCIA da CGD, ao longo do estudo pode aparecer com o nome de Sucursal, no qual foi realizado o estágio curricular com duração de quatro meses, iniciado no dia 03 de setembro de 2013 e que terminou no dia 02 de janeiro de 2014.

exercem em Portugal. Todavia, será que as alterações da composição do PB foram acompanhadas quer na AGÊNCIA de Santa Tecla quer na CGD? Esta questão parece relevante porque a banca tenta preencher uma lacuna proporcionada pelos empréstimos hipotecários de alto risco e contrariar a facilidade de disponibilizar financiamento de LP, acontecimentos verificados em períodos anteriores.

Para responder a esta questão, optou-se por seleccionar um conjunto de determinantes internos, nomeadamente a MF, a MC, os resultados antes de imposto e os custos com o pessoal, referentes à AGÊNCIA e à CGD, disponibilizados durante a realização do estágio curricular. E ainda, a seleção de determinantes externos, como a taxa de inflação de Portugal, a taxa de crescimento do PIB de Portugal e a taxa *Euribor*. A MF é um dos principais determinantes que afeta o PB como refere, Goudreau (1992) que estima a rentabilidade dos bancos dos EUA e utiliza a MF como um dos três principais indicadores relativamente ao desempenho dos bancos³.

Assim, a grande questão de investigação centra-se em comparar os determinantes que influenciam o PB da AGÊNCIA de Santa Tecla com os da CGD, nos últimos anos. A amostra é constituída pelos dados de 2008 até 2012 da AGÊNCIA como da CGD. No qual, estes dados anuais se dividem em dois períodos para aplicar o teste estatístico t como explicado detalhadamente na metodologia.

O principal objetivo deste estudo é proporcionar uma melhor compreensão entre os determinantes do PB e verificar se os resultados dos determinantes da CGD são os mesmos que os resultados das diferentes Sucursais, neste caso da AGÊNCIA de Santa Tecla. A análise dos dados é realizada com o *software* estatístico SPSS, estabelecendo uma comparação entre os resultados da AGÊNCIA com os da CGD. Por fim, retirar as conclusões, fazendo uma crítica final e apresentar as alternativas.

³ Os outros indicadores que Goudreau (1992) aplica no seu estudo são o *Return On Assets (ROA)* - Rendibilidade do Ativo e o *Return On Equity (ROE)* - Rendibilidade dos Capitais Próprios.

1.3. Estrutura do Relatório

O estudo está organizado em seis capítulos principais, nomeadamente no capítulo 2 apresenta-se a revisão da literatura dos principais estudos relacionados sobre a banca universal, especificamente os determinantes do PB. O capítulo 3 refere a contextualização da CGD em Portugal e na Europa. O capítulo 4 contempla a descrição da amostra, bem como a metodologia empírica seguida e os resultados, seguido de interpretação e análise. Tendo em conta que este trabalho foi realizado na AGÊNCIA da CGD como instituição, acrescentou-se ainda o capítulo 5 relativamente ao estágio realizado. Por fim, o capítulo 6 que apresenta as principais conclusões do estudo.

2. Revisão da Literatura

Neste capítulo pretende-se apresentar os diferentes estudos que foram desenvolvidos relativamente aos determinantes do PB bem como, os principais resultados obtidos.

O tema dos determinantes do PB, nomeadamente a seleção da MF como principal determinante do PB é plausível, visto que, um setor bancário lucrativo com um *output* elevado da MF obtém uma maior capacidade para superar problemas e contribuir para a estabilidade do sistema financeiro, como demonstra o estudo de Demirguç e Huizinga (1999b). Os autores acrescentam ainda que, a margem de juros líquida, normalmente definida como a diferença entre os juros recebidos menos juros pagos por dólar de ativos é informação essencial para a eficiência do sistema bancário.

Sabendo que o nosso estudo tem por base os determinantes do PB antes e após crise, a comparação dos resultados entre a AGÊNCIA e CGD como um todo, torna-se pertinente iniciar esta revisão da literatura com uma breve contextualização da banca a nível mundial.

2.1. Contextualização da Banca a Nível Mundial

Ao longo das últimas três décadas, os economistas que estudaram o setor bancário abdicaram de uma visão mais conservadora desta temática. Antes dos últimos 30 anos, eles analisavam apenas aspetos de gestão do banco. Durante estes últimos 30 anos, o paradigma da teoria económica e do sistema bancário foi-se alterando, nomeadamente os economistas começaram a realizar análises de carácter microeconómico na banca, citado por Freixas e Rochet (2006a).

A crise do *subprime*, desencadeada em 2007 nos EUA, que se proliferou pelos anos seguintes, levou a uma recessão económica a nível mundial, com base em Frank e Hesse (2009). Esta crise afetou todas as entidades que disponibilizavam crédito, citado por Dewatripont et al. (2010a). A redução do valor das ações bancárias avaliadas no mercado financeiro durante este período foi dramática, mais de três mil milhões de

euros desapareceram de circulação no mercado de ações dos bancos na Europa e nos EUA. Isto corresponde a uma redução de 82% no valor destes bancos no mercado de ações entre maio de 2007 e março de 2009, como analisam Yener et al. (2011).

Estes acontecimentos provocaram diversas alterações no setor bancário, nomeadamente a fusão de muitos bancos e a redução de custos, bem como, em última instância a falência dos mesmos. Este fenómeno diminuiu o número de bancos no mercado. Com o evoluir da crise os bancos nacionais foram obrigados a cortar na despesa, como demonstram Kasman et al. (2010a).

A fusão de dois bancos, para além de redução de custos, também faz diminuir as taxas de juro dos créditos, uma vez que o banco fica com maior liquidez financeira que lhe permita diminuir as taxas de juro dos créditos. Como afirma Sapienza (2002), a fusão de um banco com outro banco de pequena quota de mercado, sendo um banco com resultados consolidados causa uma diminuição das taxas de juro dos créditos.

Para uma melhor análise sobre o contexto da banca a nível mundial, e como este relatório se destina a analisar um banco que é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos⁴, de que só o Estado pode ser detentor, ou seja a CGD, é importante verificar se os bancos públicos são eficientes. De facto, Barth et al. (2004) demonstram que os bancos públicos administrados pelo Estado estão negativamente correlacionados com a eficiência bancária. Mas, apesar de alguns bancos perderem eficiência bancária, a banca em geral tem um papel fundamental no financiamento da atividade económica e um contributo essencial para a estabilidade do sistema financeiro, como descrevem Athanoglou et al. (2005a) e Demirguç et al. (2012). Por exemplo, a banca contribui no financiamento da atividade económica, para diminuir lacunas de mercado. Isto é, os bancos com maior liquidez financeira conseguem diminuir lacunas de mercado associadas a financiamento padronizado de CP e assim obter vantagem em comparação com outras entidades credoras, diminuindo o risco e obtendo financiamentos mais rentáveis, como referem Acemoglu e Zilibotti (1997); Allen e Gale

⁴ Estatutos da Caixa Geral de Depósitos (Conforme aprovado em Assembleia Geral de 22 de julho de 2011 e posterior alteração pela Deliberação Unânime por Escrito de 27 de junho de 2012). CAPÍTULO I (Natureza, denominação, duração, sede e objeto).

Artigo 1º - Natureza e denominação “A sociedade tem a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e a denominação de Caixa Geral de Depósitos, S.A”.

(1995); Boot e Thakor (1997); Dewatripont e Maskin (1995); Holmstrom e Tirole (1993) e Rajan (1992).

Demirgüç e Maksimovic (1998), assim como Levine e Zervos (1998) apoiam esta teoria da banca como sendo importante para a atividade económica, comparando com os mercados de valores imobiliários. O estudo desenvolvido por estes autores demonstra, que um relacionamento independente entre os mercados de valores mobiliários (bolsa de valores) e os bancos tem um efeito positivo na atividade económica. Em contrapartida, Demirgüç e Levine (2001) afirmam que quando a atividade económica aumenta, os bancos e os mercados de valores mobiliários tendem a aumentar o seu desenvolvimento. Para Jha e Hui (2012), grande parte da economia de um país depende da atividade realizada pelos bancos, pois são estas entidades que contribuem para o bom funcionamento das empresas, através da atribuição de crédito.

Como analisado pelos diversos autores citados, de facto o contributo da banca para o desenvolvimento da economia é fundamental. Os bancos são importantes num país ou numa região, mas têm de estar preparados para um grande problema que enfrentam, nomeadamente a concorrência cada vez mais agressiva entre eles e entre outras entidades prestadoras de crédito. Assim, para dar resposta à forte competitividade no mercado, os bancos criaram uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de modo a contribuir para as necessidades dos clientes, como menciona Zineldin (1996).

2.2. Determinantes Internos e Externos do PB

Na literatura relevante, o PB de um banco é normalmente determinado por uma função de determinantes sejam eles internos ou externos ao banco. Deste modo, entende-se por determinantes internos os fatores provenientes do banco, que se caracterizam pelo balanço e demonstrações de resultados e, portanto, podem designar-se como micro dados ou determinantes específicas do banco. Em contrapartida, os determinantes externos são variáveis que não estão relacionados com a gestão do banco, mas refletem a estabilidade económica que afeta o funcionamento e o desempenho das instituições financeiras, como afirmam Athanasoglou et al. (2005b).

Foram analisadas variáveis para as duas categorias, de acordo com a natureza e finalidade do estudo, como se refere nas seguintes secções deste capítulo.

Vários são os estudos realizados, que analisam os determinantes que afetam os bancos em diferentes países. Nomeadamente, o estudo de Sufian e Habibullah (2009b) que analisa os determinantes macroeconómicos (externos) que afetam a rentabilidade dos bancos Chineses. O estudo de Girardone et al. (2004) que analisa os determinantes que afetam a eficiência dos bancos de Itália. Guru et al. (2002) que investiga os determinantes da rentabilidade dos bancos na Malásia. Neste último estudo, os autores usam uma amostra de 17 bancos comerciais durante o período de 1986 a 1995. Os determinantes da rentabilidade foram divididos em duas categorias principais, ou seja, os determinantes internos (liquidez, o capital e a gestão dos custos) e os determinantes externos (a dimensão do banco e as condições económicas). Os resultados revelaram que, a gestão eficiente dos custos foi um dos determinantes com maior impacto na rentabilidade dos bancos com maior consistência financeira.

Estes autores confirmam a relevância dos diferentes determinantes que afetam os resultados dos bancos e especificamente a rentabilidade. Athanasoglou et al. (2005c) relatam que, para determinar a rentabilidade do banco é necessário a cuidada seleção de variáveis, uma vez que pode ocorrer dificuldade de consistência interna. Portanto, os determinantes da rentabilidade têm despertado o interesse dos investigadores.

2.2.1. Quais os Determinantes Internos que Afetam os Bancos

Os diferentes estudos sobre os determinantes do PB usam como determinantes internos as margens, especificamente a MF e MC⁵, os custos operacionais, a gestão do risco, e os resultados antes de impostos. Todos estes determinantes são importantes e têm impacto na rentabilidade dos bancos e consequentemente no PB, como observado de seguida nos tópicos específicos de cada determinante interno.

⁵ Margem Complementar (MC) pode ser também definida como Margem do Negócio que engloba as margens brutas totais obtidas (Por exemplo comissões da venda dos produtos não bancários). Fonte Associação Portuguesa de Bancos Ano de 2010 Dados sobre a Banca em Portugal relativos ao exercício de 1996.

2.2.1.1. MF e MC - As Margens como Principais Determinantes do PB

A pesquisa das margens de juros bancários foi estudada pela primeira vez por Samuelson (1945), que investigou o impacto da taxa de juro sobre o sistema bancário, de facto, este autor teve um papel preponderante na inicialização do estudo sobre as margens dos juros bancários. Ao longo dos anos, muitos outros estudos foram apresentados sobre esta temática, nomeadamente a investigação desenvolvida por Ho e Saunders (1981a) que tem sido o quadro de referência para muitos dos estudos contemporâneos dos determinantes das margens de juro bancárias. Estes dois autores, de facto, dão muito ênfase à MF como um dos principais indicadores que afeta os resultados dos bancos. Em Portugal este tema também tem sido estudado e Pinho (1994) refere que a MF é a atividade com contributo mais importante para os resultados dos bancos portugueses.

Sendo a MF uma das principais variáveis que influencia os resultados dos bancos, é essencial estudar quais os indicadores que a podem influenciar. Estes indicadores são os resultados antes de imposto, a taxa de crescimento do PIB que está relacionada com a competitividade, os custos com o pessoal que estão incluídos nos custos operacionais, o risco de crédito e a variação da taxa *Euribor*. Wong (1997b) dá grande relevância a esta afirmação ao referir que a MF é determinada por quatro indicadores: a competitividade, os custos operacionais, o grau de risco de crédito e o grau de risco de taxas de juro. Ho e Saunders (1981b) reforçam esta ideia, através do modelo que apresentaram sobre a MF e que aplicam empiricamente nos bancos dos EUA.

A margem dos juros do banco é normalmente definida como a diferença entre os juros a receber e os juros a pagar por rendimento médio dos ativos. Quando a margem de juros do banco é elevada, ou seja, os juros a receber são maiores que os juros a pagar, significa que, a margem de juros bancários está positivamente relacionada com o poder de mercado do banco, como menciona Wong (1997c).

Com base nos juros pagos e recebidos e nos capitais médios associados ao banco é determinada a MF. Esta relação, caracteriza-se pela diferença entre os juros e ganhos equiparados relativos às operações ativas e os juros e custos equiparados relativos às

operações passivas, podendo ser apresentada em valores ou em percentagem dos ativos totais médios, conforme mencionam Thygerson (1995a) e Hempel et al. (1994).

Sinkey e Joseph (1992) investigam a MF, em comparação com a dimensão dos bancos americanos de 1980 a 1989, e concluem que os bancos com maiores margens são os bancos de média dimensão, depois estão os bancos com pequena dimensão e com margens mais baixas estão os bancos com grande dimensão⁶. Os mesmos autores referem também que nos três grupos de bancos aferidos, a MF segue uma tendência negativa, mas menos acentuada nos bancos de maior dimensão.

Kasman et al. (2010b) investigam os determinantes das margens líquidas de juros bancários dos novos países membros da UE e dos países candidatos à UE, dividindo o período da amostra (1995 a 2006) em dois períodos, período de consolidação (1995 a 2000) e pós consolidação (2001 a 2006). O documento também compara os novos e antigos membros da UE para verificar se ocorrem diferenças, em relação aos determinantes da MF, entre esses dois grupos de países no mesmo período de tempo. Estes investigadores apresentam no seu estudo a divisão da amostra, na qual se verifica que os determinantes da MF podem sofrer variação de um período para o outro período, e comparam os dois grupos de países no mesmo período de tempo.

O estudo analisado é idêntico ao presente relatório, uma vez que, numa primeira fase, também se divide a amostra inicial (2008 a 2012) em dois períodos, período antes do pico da crise (2008 a 2009) e o período depois do pico da crise (2010 a 2012). O relatório também compara a AGÊNCIA com a CGD para verificar se ocorreram diferenças em relação aos determinantes do PB, no mesmo período de tempo.

2.2.1.2. Resultados Antes de Impostos

Os bancos estão sujeitos à tributação direta ou indireta que pode afetar as suas operações. Os impostos diretos incidem sobre os juros a pagar dos depósitos bancários,

⁶ Classificam-se como “Grande Dimensão”, os bancos cujo ativo representa 5,0% ou mais do ativo do total do setor bancário, como “Média Dimensão” os que representam entre 1,0% e 5,0%, e como “Pequena Dimensão” os bancos cujo ativo representa 1,0% ou menos do total do ativo do setor bancário. Fonte: APB Lisboa | junho 2011 Estudo sobre os bancos portugueses em 2010 anual.

que faz com que a atribuição desses mesmos juros a pagar sejam em valor mais baixo (que o normal pagamento sem a incidência desse imposto), como narram Demirgüç e Huizinga (1998a).

2.2.1.3. Custos Operacionais – Incluindo os custos com o pessoal

Os custos com o pessoal é um indicador muito importante na gestão de recursos humanos do Banco. Os colaboradores, que lidam diariamente com os clientes e os aconselham nas melhores taxas de juro dos depósitos e nas melhores taxas de juro dos créditos, que afetam a MF. Kasman et al. (2010c) referem que neste caso, como os custos de intermediação afetam o bem-estar social do colaborador, isso pode afetar os resultados da MF do banco.

Martinez e Mody (2004a) apresentam um modelo para estimar os determinantes da MF no Paquistão. O modelo apresenta como determinantes que influenciam a MF, a estrutura de mercado do setor da banca, os custos de regulação do setor, as diversas variáveis macroeconómicas e os custos operacionais.

Deste modo, como os custos operacionais incluem todos os encargos do banco (nomeadamente os custos com o pessoal) significa que estes custos estão relacionados com uma noção de gestão eficiente. Assim, a qualidade de gestão dos custos melhora significativamente a rentabilidade e em consequência melhora também o PB, ver por exemplo Bourke (1989a) e Molyneux e Thornton (1992a).

Maudos e Fernández (2004) mencionam que os custos operacionais são um instrumento importante para a análise da MF dos bancos. Os autores argumentam, que o papel da intermediação financeira dos bancos está relacionado com os custos operacionais. Ou seja, os bancos que não tenham poder de mercado ou os bancos que tenham clientes que entraram em incumprimento dos créditos, são bancos com dificuldades financeiras que têm de estar preparados para estes acontecimentos. O problema é que os custos operacionais, têm de ser pagos, quer o banco tenha lucros ou prejuízos na sua atividade corrente.

Em suma, os custos operacionais são importantes para a análise da MF que influenciam o PB, que afeta os resultados dos bancos.

2.2.1.4. Gestão do Risco

A análise sobre o risco dos bancos é um facto de preocupação geral que os bancos têm de estar preparados e foi caso de estudo em anos anteriores. Freixas e Rochet (2006b) relatam que no passado⁷, a teoria económica do sistema bancário incidia sobre estudos de gestão, com destaque para a gestão do risco. Mercer (1992) refere que a necessidade da gestão eficiente do risco no setor bancário é inerente à natureza do negócio. De um modo geral, o negócio da banca passa por emprestar e pedir dinheiro emprestado.

Quando ocorre uma elevada procura de crédito e o banco corresponde a essa procura, isso pode criar problemas financeiros para o banco. O retorno do referido empréstimo é incerto, ou seja, o colaborador do banco não sabe se o empréstimo vai ser pago ou não. O banco enfrenta assim um risco de crédito, como aludem Liebeg e Schwaiger (2012).

Os reduzidos valores dos ativos e os baixos níveis de liquidez são as duas principais causas de falências bancárias. Durante os períodos de maior incerteza, as instituições financeiras podem decidir diversificar as suas carteiras e/ou aumentar a liquidez financeira, com o objetivo de reduzir o risco. Neste caso, o risco pode ser dividido em risco de crédito e risco de liquidez, como descrevem Athanasoglou et al. (2005d).

Analisando o risco de realizar um crédito a um cliente, o valor de um crédito financeiro disponibilizado é igual ao valor do retorno aleatório calculado a preços de

⁷ Refere-se “Passado”, como sendo por volta 1980, antes das últimas três décadas onde a teoria económica do sistema bancário sofreu um processo de mudança, processo este que diversificou o número de áreas de estudo para o setor da banca. Xavier Freixas e Jean-Charles Rochet, 2006.

Arrow-Debreu⁸, como analisa Tirole (2006). Segundo Angbazo (1997), no seu estudo relativamente ao contributo do crédito para a MF, afirmam que é necessário dar especial atenção sobre o risco do crédito, ou seja, quando o cliente entra em incumprimento da dívida, pode diminuir inesperadamente a MF.

As operações de crédito são muito importantes no processo de intermediação financeira e o risco eminente é um fator que deve ser controlado. Por exemplo, como referem Arriaga e Miranda (2009) um dos problemas decorrentes do crescimento do crédito, tem sido, o excesso de endividamento das famílias. Assim, a realização de um crédito para compensar outro crédito pode provocar uma situação de risco para o cliente e para o banco, é importante prevenir estas situações que afetam diretamente a MF dos bancos.

Com a implementação das novas regras de Basileia II⁹, Dewatripont et al. (2010b) referem que os bancos tiveram de controlar o seu capital, com o objetivo de precaver os riscos que possam vir a acontecer.

2.2.2. Quais os Determinantes Externos que Afetam os Bancos

Na literatura relevante têm surgido alguns determinantes externos do PB, estes consideram-se como variáveis macroeconómicas, designadamente a inflação e a taxa de crescimento do PIB real, citado por Athanasoglou et al. (2008). Reforçando esta afirmação, Delis e Papanikolaou (2009) consideram também como variáveis macroeconómicas a inflação e o crescimento do PIB, acrescentando mais uma variável macroeconómica, designadamente o imposto. Abreu e Mendes (2002b), no seu estudo sobre a análise dos países da UE, selecionam como variáveis macroeconómicas, a taxa

⁸ Em concorrência perfeita, deve ocorrer um conjunto de preços, tais que a oferta agregada será igual a procura agregada para cada mercadoria. Ver Arrow, K. J.; Debreu, G. (1954).

⁹ A revisão Basileia II (2006) refere que deverão ser assegurados os requisitos de capital sensíveis ao risco das instituições, com o reconhecimento para fins de regulamentação, e desde que cumpridas algumas condições específicas de gestão e medidas de risco das instituições. Este acordo, também valoriza a autonomia dos bancos na gestão do risco operacional. Fonte *Basel Committee on Banking Supervision International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards, 2006. A Revised Framework Comprehensive Version. pp 16.*

de inflação, a taxa de crescimento do PIB, as taxas de juro aplicadas no país, as taxas de juro internacionais e a taxa de câmbio efetiva nominal.

Estas variáveis referidas são consideradas variáveis que afetam os bancos, mas também são consideradas variáveis macroeconómicas de cada país. Como referem Kasman et al. (2010d), que consideram como variáveis macroeconómicas de cada país a inflação, o crescimento económico e o reforço de capitalização do mercado de ações do PIB. Seguindo este raciocínio, Khawaja (2011) refere que a conjuntura macroeconómica tem o potencial de influenciar a MF do banco.

Em suma, as variáveis externas aferidas, isto é, a taxa de inflação, a taxa de crescimento do PIB entre outras podem influenciar a MF, bem como afetar os resultados dos bancos.

2.2.2.1. Taxa de Inflação

A taxa de juros dos empréstimos elevada está usualmente associada a uma taxa de inflação elevada, ou seja, a taxa de inflação influencia a taxa dos empréstimos que afeta a rentabilidade, em específico o PB. O efeito da taxa de inflação na rentabilidade dos bancos pode variar, de acordo, com a variação dos custos operacionais. Revell (1979) considera que o efeito da taxa de inflação na rentabilidade dos bancos varia, quando os custos operacionais aumentam mais do que a inflação. O problema é definir com eficácia a taxa de inflação para poder gerir os custos operacionais.

Seguindo a mesma lógica Perry (1992) indica que o modo como a inflação afeta a rentabilidade dos bancos, nomeadamente o PB, depende da antecipação da taxa de inflação. Se um banco conseguir prever a taxa de inflação consegue, deste modo, ajustar as taxas de juro com o objetivo de aumentar a receita e diminuir na despesa, conseguindo lucros bancários.

A inflação contribui para o aumento da rentabilidade dos bancos, uma vez que, quando a inflação aumenta, faz com que os rendimentos do banco aumentem numa

proporção maior do que aumentam os custos bancários, como narram Demirgüç e Huizinga, (1998b).

Os estudos empíricos relativamente ao efeito da taxa de inflação sobre os resultados do banco têm sido contraditórios. Athanasoglou et al. (2008b); Bourke (1989b); Molyneux e Thornton (1992b) e Kosmidou et al. (2005a) mostram que um aumento da taxa de inflação tem um efeito positivo na rentabilidade dos bancos. No entanto, Demirgüç e Huizinga (1999c) indicam que os bancos localizados nos países em vias de desenvolvimento apresentam menores resultados, quando a taxa de inflação é elevada (especificamente quando indicam elevados rácios de capital, facto que se caracteriza pela tendência dos custos aumentarem mais que as receitas).

Abreu e Mendes (2002c) demonstram no seu estudo que a taxa de inflação é pertinente para todos os tipos de bancos. Inflação provoca custos mais elevados, mas também aumenta os rendimentos. Neste caso, os autores referem que as receitas dos bancos aumentam mais do que os custos bancários. Este estudo vai de encontro com o estudo de Demirgüç e Huizinga, (1998b), analisado nesta secção.

2.2.2.2. Taxa de Crescimento do PIB

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade económica. O PIB é um dos fatores que está relacionado com a rentabilidade dos bancos e pode afetar o normal funcionamento dos bancos. Ou seja, uma elevada disponibilização de crédito a taxas de juro baixas por parte do banco em comparação com a taxa elevada do PIB, pode demonstrar uma elevada procura de produtos e serviços da banca influenciando a concorrência entre os bancos, como relatam Demirgüç e Huizinga, (1998c). Esta relação de causa efeito entre o normal funcionamento da banca e o crescimento do PIB verifica-se também pelos estudos de Kosmidou et al. (2005b), Kosmidou (2006) e de Dietrich e Wanzenried (2010).

O elevado crescimento económico por norma, influencia os bancos a realizar mais crédito, permitindo aumentar a MF bem como melhorar a qualidade dos seus ativos. Em condições macroeconómicas adversas, caso os bancos não estejam

devidamente preparados podem sofrer com o incumprimento dos empréstimos provocando uma diminuição no lucro (Athanasoglou et al. (2008c). Em contraponto, Liu e Wilson (2010) referem que o elevado crescimento económico melhora o negócio bancário e diminuiu as barreiras na entrada de novos bancos, o que provoca um aumento da competitividade.

A relação do crescimento do PIB com o banco, pode ser medida de acordo com a fórmula apresentada por Demirguç e Huizinga (1998d) que relatam que o ativo do banco/PIB, caracteriza o total de ativos do banco a dividir pelo PIB. Este índice representa o nível global de desenvolvimento do setor bancário.

2.2.2.3. Taxa de Referência *Euribor*

Ao longo da revisão da literatura, os artigos relevantes estudados têm comprovado um conjunto de fatores que contribuem para a variação da MF e em consequência que afetam o PB. Não menos relevante que as outras variáveis externas ao banco analisa-se nesta secção a taxa *Euribor*.

Deste modo, o estudo de Goggin et al. (2012) sobre as taxas de juro no mercado hipotecário irlandês demonstra que, os empréstimos nos últimos dois anos foram realizados a uma taxa variável, nomeadamente a *Euribor*.

As taxas *Euribor* sofrem uma constante variação/volatilidade das taxas de juro, como se verifica pelo estudo de Ho e Saunders (1981c). Em toda a UE, muitos bancos verificam uma redução das suas margens devido à variação dos juros (ver BCE, 2006¹⁰).

¹⁰ European Central Bank. 2006. Report on differences in Monetary Financial Institution (MFI) interest rates across Euro area countries. European Central Bank. Working Paper.

3. A CGD no Contexto Nacional e Europeu

Na Europa, especificamente as crises soberanas de países que entraram em *default*, como Irlanda, Portugal, Grécia e recentemente o Chipre, necessitaram de intervenção externa do FMI, BCE e Comissão Europeia, a designada *troika*. Em Portugal, a crise da dívida soberana originou uma descida do *raking* da banca, provocada não por uma crise bancária, mas pelo risco do país e por grandes instituições financeiras que tinham investido os seus ativos em dívidas soberanas de outros países, levando a uma difusão da crise financeira num efeito dominó.

Deste modo, depressa se tornou necessário à banca encontrar alternativas para melhorar esta situação de crise financeira. A CGD, como a banca em geral criou produtos bancários, com o objetivo de compensar a falta de liquidez financeira, nomeadamente DP com maturidade de três a cinco anos não mobilizáveis e poupanças com débito de um valor mensalmente da conta à ordem para a conta poupança com taxas de juro semestrais relativamente elevadas. Os produtos relacionados com fundos de investimento, como por exemplo ações e obrigações, têm um período de maturidade menor para evitar quebras mais acentuadas. O objetivo é a angariação de recursos a CP, permitindo uma maior solvabilidade do banco, medida pelo rácio, estabelecendo no máximo um rácio transformação de 120% dos oito maiores bancos de Portugal até 2014, de acordo com o normativo do Banco de Portugal¹¹, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, negociado com a Comissão Europeia, o BCE e o FMI.

Como consequência da sua atividade de intermediação financeira, a banca assume riscos que, dependendo do modo como são geridos, afetam positiva ou negativamente o seu desempenho económico e financeiro e, em consequência, o seu valor de mercado.

¹¹ Aviso 19.º (Novo) - A Redação introduzida pelo Aviso nº 8/96, publicado no Diário da República, II Série nº 291, de 17-12-96. Número 4 - As instituições cujos fundos próprios integrem empréstimos subordinados de CP devem informar o Banco de Portugal de todos os reembolsos destes empréstimos, quando desses reembolsos resulte que os seus fundos próprios passam a situar-se abaixo de 120% dos seus requisitos de fundos próprios globais.

3.1. Conhecer e refletir sobre a missão da CGD face aos desafios e restrições trazidas ao setor bancário

A missão da CGD aparenta ser idêntica à do sistema bancário português, não obstante os fundamentos da sua criação. A CGD fundada em 1976, como um banco público, tem sido uma instituição bancária de confiança mesmo em períodos de dificuldade financeira e política. Este banco pretende ser líder na concessão de crédito às PME (especialmente exportadoras), no estímulo da atividade produtiva, em particular de bens e serviços transacionáveis e no apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

A crise iminente na banca (abril 2011), provocada por desequilíbrios macroeconómicos e bloqueios estruturais levou à necessidade de recorrer ao programa de assistência económica e financeira celebrado 17 de maio de 2011.

Pelas funções históricas da CGD, a vocação tradicional deste banco tem sido o apoio continuado às famílias, através da captação de poupança, sobre o financiamento às empresas em particular às empresas de bens não transacionáveis.

No contexto atual de prevista retoma da atividade económica, a Caixa parece estar a ajustar o seu modelo de negócio aos novos objetivos e às necessidades dos diferentes segmentos da sua base de clientes, alterando o paradigma de negócio que estava alavancado em endossos, com financiamento de grande volume com apoio nos fundos financiados pela UE e depois na vantagem de compra a crédito de habitação própria para as famílias, através de uma bonificação atribuída pelo Estado em períodos anteriores.

3.2. Perceber quais as vantagens da CGD em relação à banca universal portuguesa em geral

A entrada do setor bancário português na UE teve algumas alterações nas últimas duas décadas, nomeadamente no contexto económico e financeiro. A

desregulamentação do setor bancário foi um acontecimento importante para o mercado bancário, fator que resulta da abertura dos mercados e da livre concorrência.

O relatório do Eurostat de 2013¹² indica que o número de pessoas com emprego em Portugal diminuiu no primeiro trimestre deste ano, referindo um recuo homólogo de 5,2%. Por estas razões, torna-se necessário encontrar soluções para ultrapassar estes problemas e prevenir a insolvência das empresas.

A CGD apresenta como vantagens ser um impulsionador de um determinado projeto estrutural de uma empresa e apoiar através da tecnologia, melhorar e apoiar as estratégias das empresas e ajudar as famílias a responder a questões de incumprimento no pagamento das prestações, nomeadamente no crédito à habitação, através da renegociação da dívida. Deste modo, a CGD como as entidades prestadoras de crédito apenas estão a cumprir a lei (quando tentam renegociar a dívida), precavendo situações de hipoteca dos bens, como se verifica na Lei n.º 59/2012 de 9 de novembro.

O incumprimento no pagamento das prestações é uma das consequências da grave crise económica e financeira iniciada nos EUA, que mais tarde se alastrou para a Europa. O desempenho negativo da economia na zona euro, a desaceleração na economia mundial, a dificuldade dos países emergentes (países produtores de *commodities*) e os resultados políticos negativos (em países da Europa como a Itália), são fatores que provocam desconfiança a nível mundial no mercado de valores (bolsa de valores) e nos políticos que governam o país.

Neste contexto de maior incerteza observou-se em Portugal, uma diminuição dos lucros dos cinco maiores bancos a operar em Portugal, comprovando o difícil momento que a banca atravessa, especificamente a MF no 1º semestre de 2013. Na generalidade dos bancos portugueses a MF foi negativa neste período, a destacar a CGD, SA em que a variação da percentagem de junho de 2012 para junho de 2013 decresceu 42,7%, enquanto no Banco Português de Investimento, SA (BPI) diminuiu 19% pressionado pelo baixo nível das taxas de juro de CP, no mesmo período. O Banco Espírito Santo, SA (BES) apresenta, no 1º semestre de 2013 em relação ao 1º semestre de 2012, uma

¹² Eurostat Newsrelease Euroindicators. Third quarter of 2013 compared with second quarter of 2013 Employment stable in euro area and EU28. 19/2013 - 13 December 2013.

quebra de 22,6% associada ao desempenho tanto da área doméstica como internacional. A variação da MF do Banco Comercial Português, SA (BCP) foi negativa 33,3%, em comparação com o período homólogo de junho de 2013, enquanto a variação da MF do Santander Totta, SA foi de 12,6%, no mesmo período¹³.

3.3. Analisar especificamente os resultados da AGÊNCIA bancária da CGD e reconhecer quais os produtos de CP que mais contribuem para o aumento da rentabilidade da AGÊNCIA

As operações da CGD a CP pretendem aumentar a rentabilidade e desenvolver uma maior rotação do produto diminuindo o grau de risco de incumprimento nos créditos. As operações de CP têm maior facilidade de controlo das contas bancárias através, por exemplo, de telefonemas com o objetivo de alertar o cliente para a sua dívida. Assim, a MF aumenta em consequência da MC que também vai aumentar, contribuindo para uma diminuição do rácio transformação.

Na atividade comercial bancária, com o agravamento das atuais crises económica e financeira há a tendência para uma maior captação de depósitos, nomeadamente DP e contas poupanças, para famílias de diferentes classes sociais. Deste modo, a captação de depósitos e poupanças a taxas minimamente convidativas durante os últimos anos, têm aliciado as famílias portuguesas a poupar em comparação com as famílias da zona euro e da UE, como referido no quadro seguinte.

O quadro demonstra como indicadores a evolução do rendimento disponível das famílias portuguesas e o imposto sobre esse mesmo rendimento, bem como a taxa de investimento das famílias na zona euro, os rendimentos nominais na zona euro e os rendimentos reais da zona euro.

¹³ Fonte: Relatório de Contas Consolidado e Individual: (1) CGD, SA – 1º Semestre de 2013; (2) BPI, SA – 1º Semestre de 2013; (3) BES, SA - 1º Semestre de 2013; (4) Millennium BCP, SA – 1º Semestre de 2013; (5) Santander Totta, SA– 1º Semestre de 2013.

Quadro 1 – Análise da Taxa Média de Poupança das Famílias

Taxa de Poupança das Famílias	
Portugal	Zona Euro e União Europeia
<p>Aumentou no segundo trimestre de 2013, passou de 13,4% no primeiro trimestre de 2013 para 13,6% no trimestre seguinte, derivado de uma redução de 0,5% do consumo.</p> <p>O rendimento disponível das famílias caiu 0,3% no segundo trimestre de 2013, uma queda devido ao aumento dos impostos sobre o rendimento e com a queda das remunerações recebidas.</p> <p>O imposto sobre o rendimento pago pelas famílias aumentou 8,1%, as prestações sociais recebidas aumentaram em 1,1% no mesmo período.</p>	<p>Aumenta ligeiramente na zona euro, entre o segundo e o terceiro trimestre de 2013, de 12,9% para 13%.</p> <p>Na União Europeia, entre os 28 países verifica-se uma descida de 10,8% para 10,7%, no mesmo período.</p> <p>A taxa de investimento manteve-se nos 7,8%, na zona euro, e nos 8,5% na União Europeia.</p> <p>Os rendimentos nominais, cresceram em 0,4% no terceiro trimestre, no mesmo momento em que o consumo diminuiu 0,3%, na zona euro.</p> <p>Os rendimentos reais das famílias estabilizaram</p>

Fonte: Elaboração Própria – Dados do Eurostat e INE

Com o aumento da poupança das famílias portuguesas, ocorre um excesso de liquidez financeira na CGD concretamente, fazendo com que a comissão diretiva diminuísse ligeiramente as taxas negociadas de DP, permitindo aumentar a rentabilidade em outros tipos de produtos como referido anteriormente. Em geral, a banca inicia o ano de 2014 com taxas dos depósitos estagnadas. No começo do ano, dos 20 bancos com balcões a operar no nosso mercado, 13 instituições mantiveram as taxas de juro inalteradas, cinco desceram as taxas e apenas duas subiram ligeiramente algumas remunerações (Banco Finantia e Banco BPI).

A constante captação de recursos e a gestão das carteiras de crédito, ativo e vencido, ganham uma relevante importância. A gestão do crédito em risco adquire agora relevância redobrada em contexto de austeridade e de ausência de crescimento económico. Trata-se, efetivamente, de um novo paradigma comercial. Para precaver situações de incumprimento do crédito, prevenir futuras crises financeiras como a do *subprime* nos EUA, as entidades responsáveis pelo crédito têm de manter uma gestão sã

e prudente e o Banco de Portugal impõe pelo aviso 3/95 que estas instituições são obrigadas a constituir provisões com as seguintes finalidades, provisões para riscos gerais de crédito, crédito vencido, cobrança duvidosa, risco do país e extraordinárias. É essencial ter provisões por imparidades em cada instituição de crédito, com suporte em dados históricos, tentando adequar o crédito às especificidades de cada carteira, cliente e operação. As provisões por imparidade no crédito podem ser definidas como sendo a evidência em que ocorre um ou mais acontecimentos relacionados com o crédito que tem impacto nos seus *cash-flows* futuros estimados. Evidência esta, que se caracteriza por exemplo, nos atrasos até 30 dias dos particulares, incumprimento da prestação do crédito, insolvência, inibição do uso de cheques, cheques devolvidos e alteração do prazo do crédito, quando este já registou incidentes.

Os produtos que têm contribuído para o aumento da rentabilidade a CP e por isso, serem produtos que gerem benefícios para a AGÊNCIA são as Contas Correntes, Contas Correntes pré-datadas, Caixa *Leasing* e *Factoring*, Letras, Livranças e *Confirming*.

3.4. Compreender qual a estratégia da Sucursal no contexto da CGD, quer em termos de quota, quer em termos de composição do PB

A AGÊNCIA de Santa Tecla tem uma captação significativa contribuindo para uma gestão de ativos de 83.000.000,00€ e passivos de 52.000.000,00€¹⁴, supostamente o GAP deveria ser positivo e isso não se verifica. Para explicar melhor este fenómeno, podemos recorrer à maturidade dos ativos, uma vez que esta AGÊNCIA, como a banca em geral, no período anterior optou por captar DP com elevadas taxas de juro devido a decisões estratégicas de crescimento da CGD. Entretanto, esses depósitos ainda não venceram, tornando-se um problema para a AGÊNCIA que efetua empréstimos de reduzida taxa de juro diariamente e paga os depósitos de anos anteriores, que ainda não venceram, a taxas mais elevadas, obtendo uma perda a CP. Desde 1920, a banca tinha uma estratégia de financiamento para as famílias na ajuda à compra habitação própria e

¹⁴ Informação interna, fornecida pela AGÊNCIA.

incentivos estatais com condições de juro bonificado e com isenções de coleta de IRS e reformas fiscais para quem mantivesse a sua habitação.

Os créditos e os depósitos efetuados no banco têm um *spread* fixo, designadamente o lucro do banco e estão indexados a uma taxa *Euribor*. A taxa final é a soma do *spread* mais a taxa *Euribor*. A diferença dos juros pagos e recebidos está associada diretamente com a variação da taxa *Euribor*, ou seja quando a taxa *Euribor* está elevada é benéfico para o banco pois este paga juros elevados nos depósitos, mas em compensação recebe juros ainda mais elevados nos empréstimos. A AGÊNCIA atualmente com a taxa *Euribor* em geral baixa, mais o *spread* baixo, obtém uma rentabilidade baixa nos empréstimos. Em contrapartida, tem de pagar DP e poupanças a uma taxa relativamente elevada para manter o objetivo de liquidez financeira, obtendo um GAP da AGÊNCIA negativo.

Para a banca contornar este efeito negativo relacionado com a diminuição das taxas *Euribor*, atualmente tem de aumentar o *spread* do crédito, que faz com que a taxa final do crédito aumente obtendo assim mais juros recebidos. O mesmo acontece nos depósitos, estabelecendo um patamar de segurança confiável de liquidez, o *spread* dos depósitos começa a baixar e assim o banco começa a pagar menos juros nos depósitos. Sendo que, neste último caso há o risco de perda de clientes na renovação dos DP.

Esta diferença negativa dos juros pagos e recebidos afeta a MF do banco, e faz com que ocorram diferenças significativas entre os dois períodos em estudo, ou seja de 2008 a 2009 e de 2010 a 2012 como observado no capítulo seguinte.

Um banco faz-se de agências, e este não é exceção, por isso quantas mais agências cumprirem da melhor forma a estratégia implementada, neste caso, quantas mais aumentarem os recursos e diminuírem os créditos, mais liquidez terá o banco e portanto o PB vai aumentar. É o caso da AGÊNCIA de Santa Tecla que aplicou esta estratégia, contribuindo para um aumento da liquidez financeira da AGÊNCIA, que contribuiu para o aumento da liquidez da CGD como observado na secção seguinte, na análise dos gráficos.

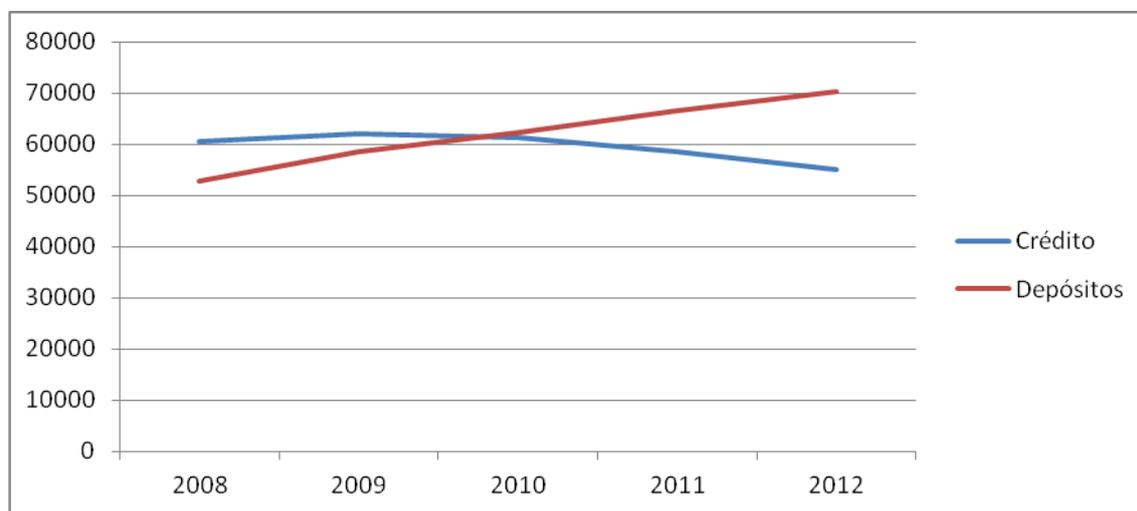
Desta forma a comissão diretiva da CGD para compensar esta perda, decidiu comercializar produtos não bancários como os seguros Casa Recheio, Caixa Proteção

Vida, Caixa *Woman*, Seguros Automóvel, produtos específicos da parceira seguradora Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A, comercializados pela CGD, na sua qualidade de mediador de seguros. A Fidelidade paga uma comissão à CGD que é contabilizada na MC que minimiza a queda da MF com o contributo positivo para o PB, sendo insuficiente quando o seu peso no PB é inferior a 50%.

3.5. Reflexão sobre o que representa a AGÊNCIA de Santa Tecla no universo da CGD, estabelecendo a comparação entre dois indicadores no período em análise

Para uma melhor compreensão da problemática em estudo, optou-se por efetuar uma comparação entre os depósitos e os créditos¹⁵ da AGÊNCIA com a CGD, num período de análise de 2008 até 2012. Numa primeira fase, compara-se a variação dos depósitos e créditos da AGÊNCIA durante o período em análise, como observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Depósitos e Créditos Efetuados pela AGÊNCIA



Unidade de Medida: Milhares de Euros

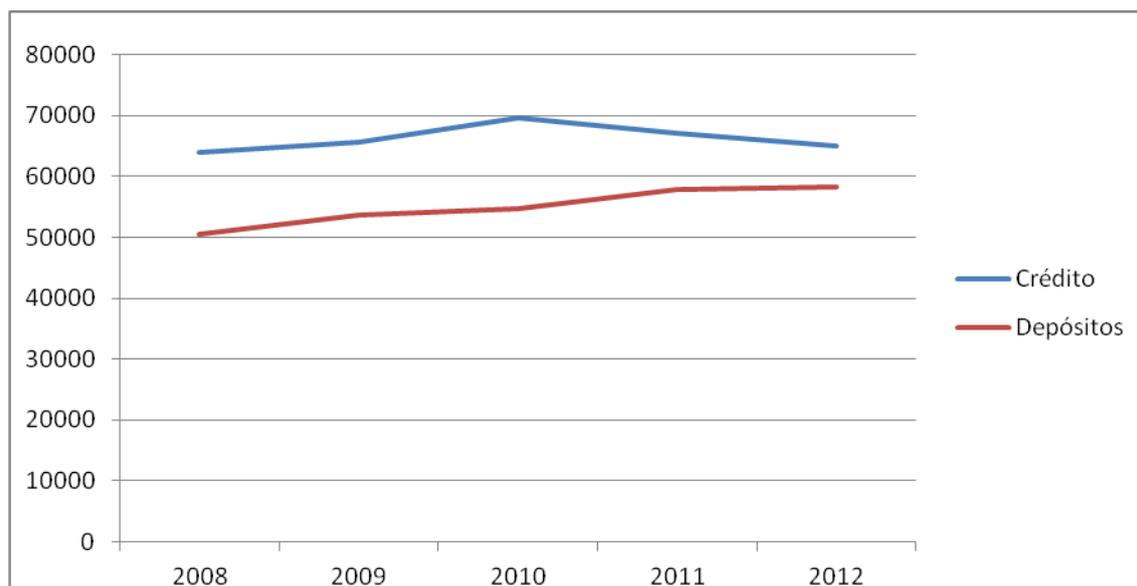
Fonte: Elaboração Própria – Dados Relativos ao Balanço da AGÊNCIA

Assim, analisando este Gráfico percebe-se que em 2008 a atribuição de crédito efetuado pela AGÊNCIA foi de cerca de 60 milhões. Denota-se que em 2009 esse valor

¹⁵ Os valores dos depósitos foram facultados pelo Balanço da AGÊNCIA como da CGD, pela rúbrica Recursos. Igualmente os Créditos foram facultados pelo Balanço da AGÊNCIA como da CGD, pela rúbrica crédito normal.

aumentou para aproximadamente 62 milhões, a partir de 2009 até 2012 a atribuição de crédito por parte da AGÊNCIA veio a decair progressivamente, atingindo valores de 55 milhões. O Gráfico 1 demonstra, também, que os depósitos da AGÊNCIA aumentaram progressivamente de 52 milhões em 2008, para cerca de 70 milhões em 2012. Esta análise parece comprovar a necessidade de recapitalização da AGÊNCIA neste período. A recapitalização tem a ver com o rácio de solvabilidade que tem o ativo no denominador. Ora é, com o aumento do ativo, neste caso dos empréstimos ou do risco dos empréstimos, uma vez que estão ponderados de acordo com Basileia que obrigará a recapitalização. Em 2013 e 2014, este paradigma começou a melhorar tanto para a AGÊNCIA como para a CGD, como referido anteriormente neste capítulo na secção 3.3.

Gráfico 2 – Depósitos e Créditos Efetuados pela CGD



Unidade de Medida: Milhões de Euros

Fonte: Elaboração Própria – Dados Relativos ao Balanço da CGD

No Gráfico 2, à semelhança do Gráfico 1, constata-se que a atribuição de crédito da CGD aumentou de 64 mil milhões em 2008, para cerca de 70 mil milhões em 2010. A partir de 2010 até 2012, verifica-se uma diminuição acentuada na atribuição de crédito de, aproximadamente, 5 mil milhões, fixando-se o valor de 65 mil milhões em 2012. Assim, esta análise permite constatar que, nos dois períodos em estudo, ou seja,

antes e depois da crise¹⁶, a CGD tem um comportamento diferente na atribuição de crédito. Como os juros recebidos do crédito afetam a MF, pode-se referir que provavelmente ocorreram diferenças significativas na MF da CGD, como analisado detalhadamente na metodologia.

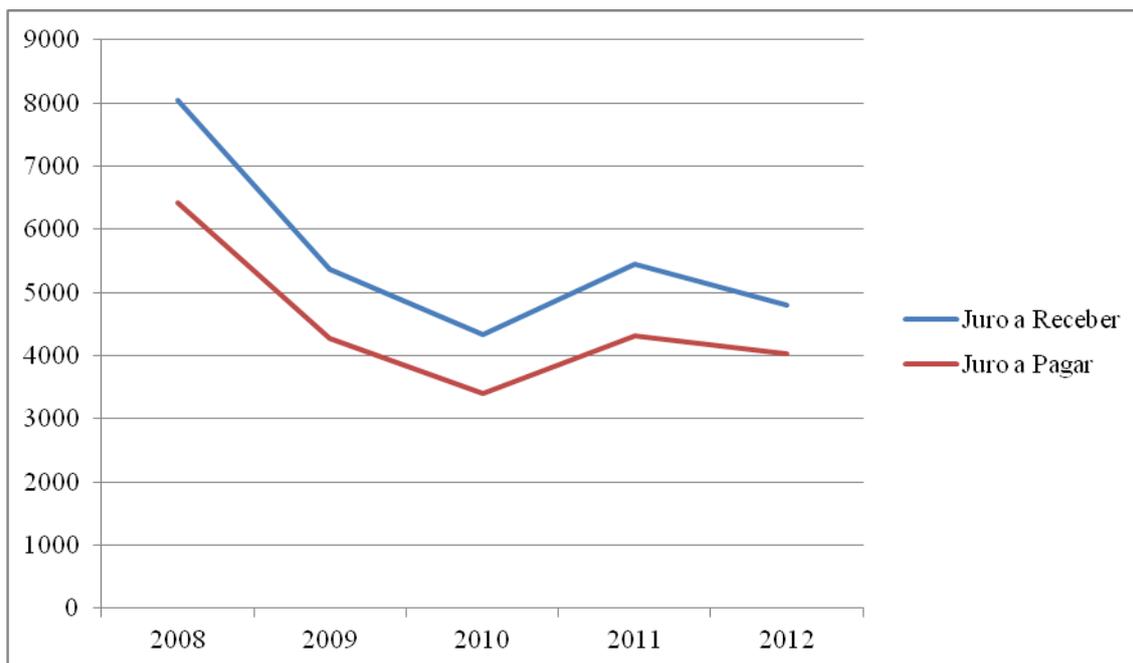
Em comparação com os créditos, os depósitos da CGD aumentaram significativamente ao longo dos cinco anos. Verifica-se, que em 2008 os depósitos estabeleciam-se em 50 mil milhões aumentando em 2009 para 53 mil milhões, de 2009 até 2010 a variação foi reduzida mas positiva de mil milhões. De 2010 até 2012 a evolução dos depósitos foi positiva, aumentando de aproximadamente 54 mil milhões em 2010 para 57 mil milhões em 2011, fixando-se no valor máximo em 2012 de 58 mil milhões.

Pela leitura deste gráfico, verifica-se ainda que, apesar de se notar um aumento na captação de depósitos, este não é suficiente para compensar a atribuição de crédito na CGD, tendo este indicador sofrido um elevado decréscimo de 2010 até 2012.

Para explicar melhor esta relação entre os depósitos e os créditos, procedeu-se à realização do Gráfico 3 que explica a variação dos juros pagos nos depósitos e dos juros recebidos nos créditos da CGD. Deste modo, observa-se uma melhor compreensão da MF da CGD que se define como sendo a diferença entre os juros e proveitos equiparados e os juros e custos equiparados¹⁷.

¹⁶ A crise sistémica a nível mundial afetou o País em estudo, ou seja, Portugal. A globalização da crise e o mercado de capitais entre países não têm fronteiras, e pelo facto da crise de endividamento se alastrar aos bancos que são os principais credores dessa mesma dívida. Todavia, o impacto de qualquer crise não é imediata no próprio ano e por isso, a análise deste relatório se destina nos anos posteriores à crise de 2007-2008.

¹⁷ Fonte Associação Portuguesa de Bancos Ano de 2010 Dados sobre a Banca em Portugal relativos ao exercício de 1996.

Gráfico 3 – Juros Recebidos dos Créditos e Juros Pagos dos Depósitos da CGD

Unidade de Medida: Milhões de Euros

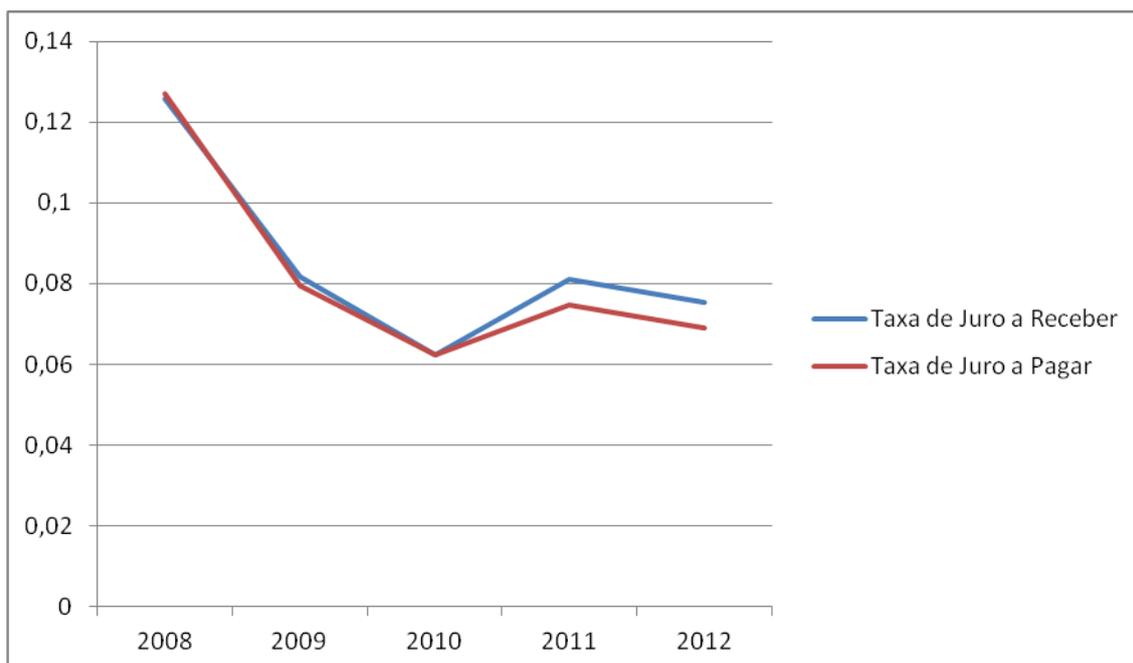
Fonte: Elaboração Própria – Dados Relativos ao Balanço da CGD

O Gráfico 3 demonstra que a variação dos juros a receber, bem como dos juros a pagar da CGD, ao longo do período em análise, é proporcional em ambos os casos. Isto é, de 2008 até 2010 ocorreu uma descida dos juros a pagar e a receber, notando-se um aumento de 2010 para 2011, registando-se um declive negativo até 2012 para cada indicador especificamente.

Verifica-se, que os juros a receber dos empréstimos da CGD são em maior quantidade que os juros a pagar nos depósitos. Esta diferença é explicada pela diferença entre os depósitos e os créditos que se verifica no Gráfico 2, no qual o volume de crédito neste período é superior ao volume dos depósitos, deste modo, os juros a receber têm que ser superiores aos juros a pagar. O que esta análise não comprova é que a superioridade do volume de juros recebidos em comparação com o volume de juros pagos seja tudo lucro para o banco. Ou seja, um volume elevado de crédito a taxas de juro baixas não significa necessariamente lucro. Em comparação, como um reduzido volume de juros a receber, a taxas de juro elevadas não significa necessariamente prejuízo para o banco.

Assim, torna-se essencial realizar uma análise às taxas de juro do crédito e às taxas de juro dos depósitos para aprofundar esta temática, como observado no Gráfico seguinte.

Gráfico 4 – Taxas de Juro a Receber dos Créditos e Taxas de Juros a Pagar dos Depósitos da CGD



Unidade de Medida: Rácios Juros a Receber/Créditos e Juros a Pagar/Depósitos

Fonte: Elaboração Própria – Dados Relativos ao Balanço e Demonstração de Resultados da CGD

O Gráfico 4 retrata a evolução da taxa de juro a receber e a pagar, da CGD, no período em causa. Esta taxa é calculada como sendo os juros a receber (numerador) a dividir pelo total dos créditos (denominador) e os juros a pagar (numerador) a dividir pelo total dos depósitos (denominador) respetivamente, obtendo as taxas observadas no gráfico para cada ano, que são praticamente idênticas.

Pela análise do Gráfico 4, observa-se que as variações das taxas de juro a receber e a pagar seguem a mesma tendência de declínio durante o período de 2008 até 2010. No fundo, a CGD está a receber menos juros e a pagar menos juros neste período no que se traduz numa convergência das margens de juros. Em 2011 verifica-se um ligeiro

aumento, sendo mais acentuado na taxa de juro a receber. Por fim, o Gráfico 4 demonstra que ambas as taxas de juro decaíram em 2012.

Estas variações das taxas de juro a receber e a pagar estão indexadas à taxa de juro de mercado (*Euribor*) que explica estes movimentos, como verificado no capítulo 5 no Gráfico 8.

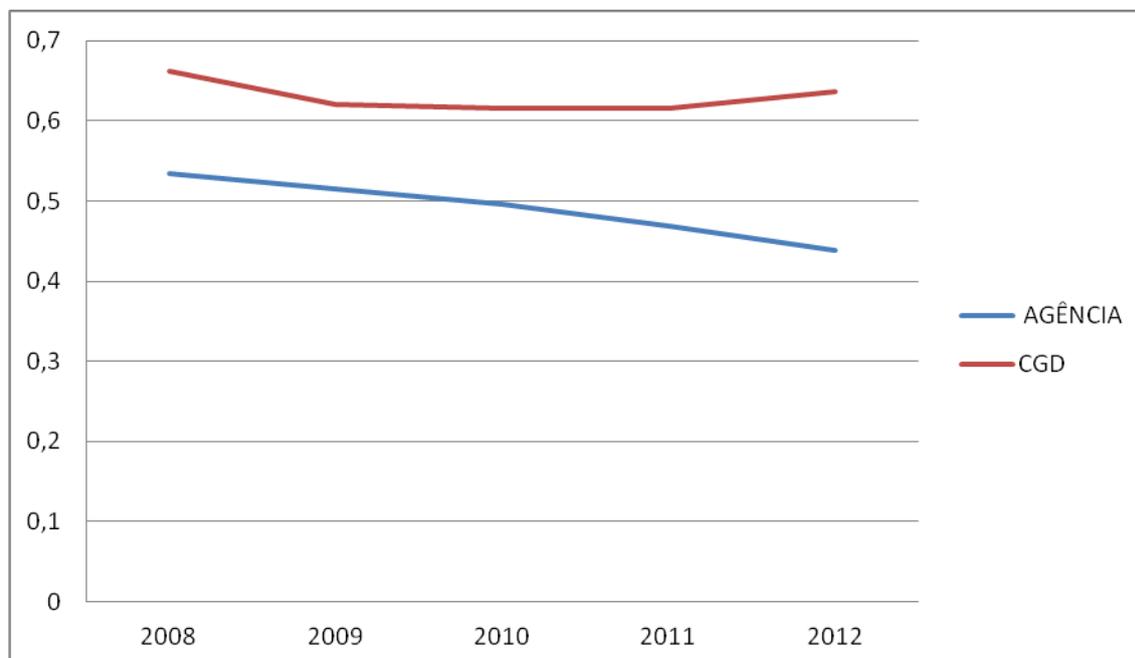
A descida dos rácios dos juros pagos e recebidos no período de 2008 até 2010 explica-se devido ao aumento do crédito e dos depósitos neste período (Gráfico 2), ou seja, quando aumenta o denominador numa maior proporção que o aumento do numerador significa que o rácio vai diminuir. Neste caso, o denominador aumentou enquanto o numerador diminuiu, assim pela regra da matemática simples da divisão, as taxas de juro diminuíram consideravelmente neste período de 13% para 6% respetivamente para os dois indicadores (Gráfico 4). Se os juros a pagar diminuem e os depósitos estão a aumentar, os juros a pagar não acompanham o aumento dos depósitos isso provoca uma diminuição da taxa de juro a pagar. O mesmo acontece para a taxa de juro a receber.

Como é que os rácios são iguais para os dois indicadores? Significa que em média a CGD estabelece, praticamente a mesma percentagem para os juros a receber dos créditos bem como para os juros a pagar dos depósitos. Por exemplo, no ano de 2012 a CGD recebeu os juros dos créditos a uma taxa média de 7,5%, enquanto pagou os juros dos depósitos a uma taxa média de 6,9%.

Esta questão é pertinente porque a CGD, ao longo dos últimos anos, tem seguido uma estratégia de restrição na atribuição de crédito e concentrar-se na captação de depósitos para diminuir o rácio transformação de 120% imposto pelo banco de Portugal. O problema é que a CGD se depara com os depósitos de LP que ainda não venceram realizados a taxas de juro mais elevadas (que tem de pagar), comparadas com as que se praticam atualmente. Assim, as taxas médias são idênticas nos primeiros anos da análise 2008 até 2010 porque a CGD estava a começar a implementar estas medidas que reduzissem as taxas de juro a pagar nos depósitos e aumentassem as taxas de juro a receber nos créditos, como se começa a verificar esta tendência em 2011 e 2012 (Gráfico 4).

Para uma melhor contextualização da significância da AGÊNCIA no universo CGD optou-se por comparar os rácios dos créditos da AGÊNCIA com os da CGD (Gráfico 5) e por comparar os rácios dos depósitos da AGÊNCIA com os da CGD (Gráfico 6). Apenas é possível comparar os dados porque a unidade de medida é o rácio para os dois grupos em questão. O cálculo dos rácios para a AGÊNCIA traduz-se nos depósitos da AGÊNCIA a dividir pelo ativo da AGÊNCIA, bem como os créditos da AGÊNCIA a dividir pelo ativo da AGÊNCIA, respetivamente. Enquanto, o cálculo do rácio para a CGD é os depósitos da CGD a dividir pelo ativo da CGD e os créditos da CGD a dividir pelo ativo da CGD. Esta comparação observa-se nos gráficos seguintes.

Gráfico 5 – Rácios dos Créditos Efetuados pela AGÊNCIA e pela CGD



Unidade de Medida: Rácios Crédito/Ativo

Fonte: Elaboração Própria – Dados Relativos ao Balanço da AGÊNCIA e da CGD

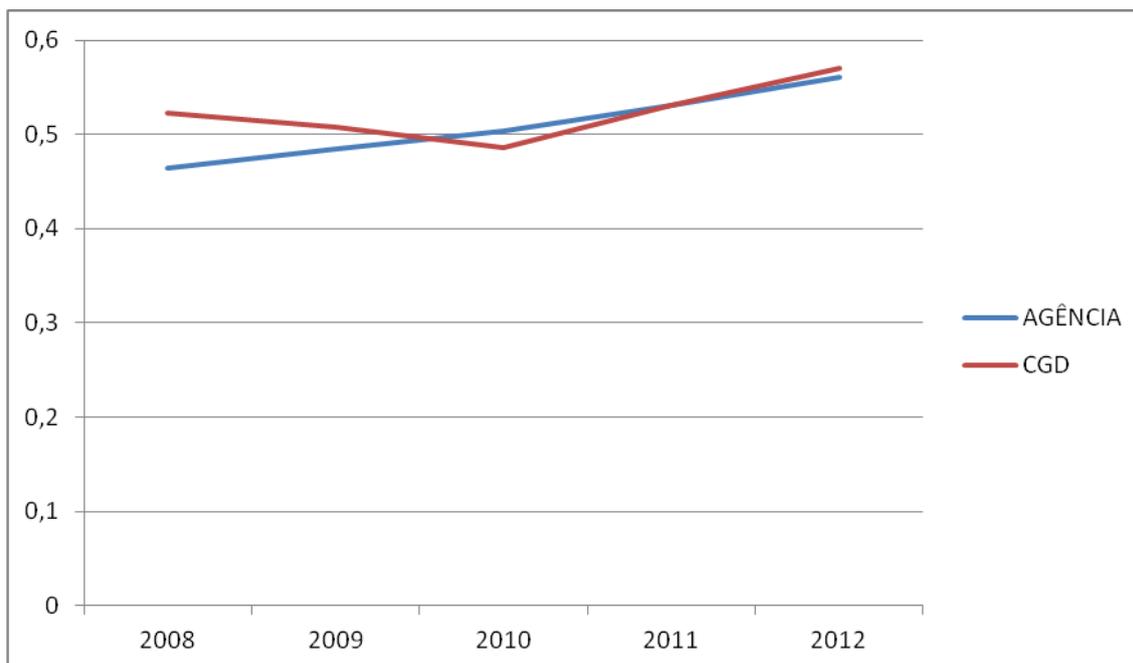
Conforme a leitura reportada no Gráfico 5, a evolução dos rácios dos créditos ao longo dos cinco anos demonstra diferenças em relação à análise do crédito pelos valores reais observados nos gráficos anteriores. Por exemplo, o crédito da CGD aumenta de 2008 até 2010 e depois diminuiu de 2010 até 2012 (Gráfico 2). Pela análise do Gráfico 5 observa-se que a CGD reduziu o rácio do crédito de 6,6% em 2008 para 6,2% em 2011, a partir de 2011 até 2012, notando-se um ligeiro aumento de 6,2% para cerca de

6,3%. Esta diferença justifica-se pelo maior aumento do ativo em relação ao crédito da CGD ou seja, quando aumenta o denominador numa maior proporção que o aumento do numerador significa que o rácio vai diminuir. Assim, o rácio crédito sobre o ativo diminuiu no período de 2008 a 2011.

Os rácios dos créditos da AGÊNCIA no período em causa têm vindo a diminuir progressivamente. Em 2008 o rácio crédito da AGÊNCIA situava-se nos 5,3% decaindo ao longo dos cinco anos para 4,4% em 2012. Este facto verifica-se porque o crédito da AGÊNCIA (numerador) aumentava, enquanto o ativo da AGÊNCIA (denominador) também aumentava numa maior proporção, que faz com que o rácio diminua, nos primeiros dois anos (Gráfico 1). Nos últimos três anos, o crédito diminuía enquanto o ativo aumentava fazendo com que o rácio diminui-se. Assim, obtém-se um rácio crédito da AGÊNCIA a decair progressivamente.

Continuando a análise, observa-se agora o Gráfico 6 que retrata a evolução dos rácios dos depósitos. Denota-se, tal como na análise do rácio do crédito da CGD, também algumas diferenças do rácio dos depósitos da CGD para com os depósitos em valor real (Gráfico 2) para a CGD. A explicação prende-se pelo mesmo facto do caso anterior, de que, o ativo aumentou numa maior proporção em relação aos depósitos da CGD ou seja, quando aumenta o denominador numa maior proporção que o aumento do numerador significa que o rácio vai diminuir. Assim, o rácio dos depósitos sobre o ativo diminuiu no período de 2008 a 2010 (Gráfico 6).

O Gráfico 6 refere que de 2008 até 2010 os rácios dos depósitos da CGD diminuíram significativamente, de 5,2% para 4,9% respetivamente, enquanto a partir de 2010 até 2012 os rácios dos depósitos tomaram uma evolução ascendente. Pode-se concluir, que mais uma vez ocorreram diferenças entre os dois períodos em estudo, antes e depois da crise.

Gráfico 6 – Rácios dos Depósitos Efetuados pela AGÊNCIA e pela CGD

Unidade de Medida: Rácios Depósito/Ativo

Fonte: Elaboração Própria – Dados Relativos ao Balanço da AGÊNCIA e da CGD

Os rácios dos depósitos da AGÊNCIA aumentaram progressivamente, 4,5% em 2008 para aproximadamente 4,6% em 2012. A explicação prende-se pelo facto dos depósitos (numerador) aumentarem (Gráfico 1) e o ativo acompanhou este aumento, mas em menor proporção, o que faz com que o rácio dos depósitos da AGÊNCIA também aumente.

3.5.1. Conclusão da análise dos Gráficos

A análise dos Gráficos demonstra que ocorreram diferenças significativas entre os dois períodos em estudo, nomeadamente no crédito da CGD (Gráfico 2) e nos rácios dos créditos da CGD (Gráfico 5) e nos rácios dos depósitos da CGD (Gráfico 6). Como se verifica da literatura aludida, os juros afetam a MF e por isso a realização do Gráfico 3. Este Gráfico ajuda a compreender melhor a dinâmica de juros a receber e juros a pagar, isto é, nem sempre um volume de juros a receber no crédito maior significa que o banco está a ter lucro. Como se verifica, pela análise do Gráfico 4, que compara a

evolução das taxas de juro a receber e a pagar e conclui que na CGD, a taxa média dos juros a receber é muito idêntica à taxa média dos juros a pagar. Este paradoxo tem vindo a alterar-se nos últimos anos de 2011 e 2012 (Gráfico 4) devido às políticas de recapitalização de capital, aplicadas pelo banco.

A AGÊNCIA tem um comportamento linear ao longo da análise dos Gráficos. Denota-se uma variação mais acentuada da diminuição do crédito e um aumento gradual dos depósitos (Gráfico 1). Os rácios dos créditos diminuem progressivamente, enquanto os rácios dos depósitos aumentam progressivamente (Gráfico 5 e Gráfico 6).

4. Metodologia e Dados

O estudo tem como objetivo comparar os diferentes determinantes que afetam o PB, durante o período de 2008 até 2012, para os dois grupos (AGÊNCIA e para a CGD). Pretende-se a análise da variância para testar a significância estatística das diferenças encontradas.

Este capítulo está dividido em três secções. A secção 4.1. pretende descrever a amostra que é a base para o presente estudo, bem como a respetiva fonte de dados. A secção 4.2. descreve a análise das diferenças estatísticas registadas dos determinantes que afetam o PB para os dois grupos e a secção 4.3. refere uma pequena conclusão dos resultados obtidos ao longo da análise das diferenças estatísticas registadas.

4.1. Designação da Amostra

A amostra é constituída por indicadores internos, nomeadamente a MF, a MC, os resultados antes de imposto e os custos com o pessoal referentes à AGÊNCIA e à CGD, disponibilizados durante a realização do estágio curricular e por indicadores externos, como a taxa de inflação, a taxa de crescimento do PIB e a taxa *Euribor*, cuja fonte foi o *Pordata* e *Global Rates*.

Para uma análise mais recente sobre o tema, foram considerados dados relativos a cinco anos, de 2008 até 2012, divididos em dois períodos. O primeiro período caracteriza-se de 2008 até 2009 e o segundo período de 2010 até 2012, por isso considera-se duas amostras diferentes para o estudo em questão. É realizada também uma segunda análise que compara os dados dos cinco anos da AGÊNCIA com os dados dos cinco anos da CGD. Neste caso, também se considera duas amostras diferentes. Estabelece-se ainda a comparação entre a MF e as taxas de juro a receber e a pagar, uma vez que, a MF é a diferença entre os juros a receber e os juros a pagar para os cinco anos, divididos em dois períodos de 2008 até 2009 e de 2010 até 2012.

Considera-se o ano de 2008 como início da análise, porque a AGÊNCIA apenas tinha dados em arquivo referentes aos últimos cinco anos. O último ano do estudo é de

2012, de acordo com os dados anuais mais recentes que a CGD disponibiliza, aquando a elaboração deste trabalho. O estudo deste tema, durante este período específico é interessante, uma vez que analisa quando é que a crise teve maior impacto na atividade bancária.

Para uma análise empírica, os dados recolhidos foram introduzidos no SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – versão 20.0) sendo todos os cálculos realizados neste programa. Este *software* foi utilizado em concreto para a análise da estatística descritiva, análise de dados e para efetuar a comparação entre as médias nos dois períodos, bem como a comparação das médias entre a AGÊNCIA e a CGD para um conjunto de determinantes que influenciam o PB.

A informação utilizada é proveniente de várias fontes de dados. Os dados específicos da AGÊNCIA advêm do relatório de contas da AGÊNCIA, especificamente do balanço e da demonstração de resultados. Do mesmo modo, os dados da CGD provêm dos relatórios de contas da CGD, especificamente do balanço e da demonstração de resultados.

Utilizam-se dados não consolidados, ou seja dados individuais visto que estes transmitem melhor a atividade de intermediação financeira dos bancos. Além da informação específica do banco, utilizou-se informação referente a variáveis macroeconómicas, cuja fonte foi *Pordata* e *Global Rates*.

Os dados especificamente utilizados são MF como principal determinante do PB. A escolha dos determinantes internos do banco são os resultados antes de impostos, custos com o pessoal e a MC e os determinantes externos do banco são a taxa de inflação, a taxa de crescimento do PIB e a taxa *Euribor* a 12 meses.

Dado o carácter esporádico das diferentes variáveis que contribuem para o PB, entende-se que estas, de entre o conjunto das potenciais variáveis testadas, são as que melhor explicam PB e com bons indícios de permanência. A literatura relevante dá ênfase a esta afirmação ao selecionar especificamente estes indicadores como determinantes que influenciam a MF, que é o principal indicador do PB como referem os estudos elaborados por Ho e Saunders (1981d), Wong (1997d), Martinez e Mody (2004b) e Kasman et al. (2010e).

Os dados aplicados no SPSS foram medidos em rácios, de modo, a conseguir comparar os valores da AGÊNCIA com os valores da CGD¹⁸. Os rácios são definidos, como sendo, os determinantes do PB selecionados a dividir pelo ativo. Thygerson (1995b) refere que para melhores comparações entre bancos e segmentos de diferentes dimensões, é preferível usar a MF a dividir por um parâmetro comum, sendo habitual o uso do ativo total.

Com esta análise pretende-se obter informação relativa à evolução dos rácios ao longo do tempo, bem como do grau de convergência ou de dispersão entre a Sucursal e a CGD.

4.2. Análise das diferenças estatísticas

Conforme descrito na secção anterior, os Quadros apresentam os rácios respetivamente selecionados para o estudo (linhas) e é descrito a média, o desvio-padrão, a diferença das médias, a estatística de teste (t) e o *p-value* (colunas). O estudo analisou mais indicadores, como por exemplo o erro padrão, o teste *Levenes* e os intervalos de confiança, mas apenas foram aplicados os indicadores mais importantes, que justificam a comparação entre os determinantes do PB.

Estes resultados foram obtidos através da estatística descritiva de tendência central e do resultado estatístico do teste. O estudo centra-se nos cinco anos, ou seja de 2008 até 2012, mas com pequenas alterações como referido na análise de cada Quadro detalhadamente.

O *p-value* que obtemos com o teste (t) pretende responder se as variáveis em estudo são ou não estatisticamente significativas, perante um grau de confiança de 95%. Caso as variáveis sejam estatisticamente não significativas, ou seja o *p-value* > 5% para um grau de confiança de 95%, significa que não há diferenças entre os dois grupos em análise. Quando o *p-value* < 5%, significa que há diferenças entre os dois períodos em análise que devem ser devidamente explicadas.

¹⁸ Ver nos apêndices, os rácios específicos da AGÊNCIA e os rácios específicos da CGD, utilizados na análise do *Software* estatístico SPSS, versão 20.

4.2.1. Análise dos rácios específicos quer da AGÊNCIA quer da CGD para os dois períodos em questão

O Quadro 2 evidencia os rácios separadamente, quer da AGÊNCIA quer da CGD, em dois períodos específicos. O período 2 engloba o ano de 2008 e 2009 e o período 3 aglomera os anos de 2010 até 2012, designadamente são o número de observações (dimensão da amostra - N). Recorreu-se à estatística descritiva de tendência central como a média e à medida de dispersão como o desvio-padrão, para a descrição das variáveis em estudo antes e após a crise¹⁹.

Por fim, nas últimas três colunas é apresentado o resultado estatístico do teste (t) para a diferença das médias, o t que corresponde à análise *t-student* e à probabilidade de significância do teste (nível de significância descritivo do teste / *p-value - sig.*).

A média é calculada em função do período que se pretende analisar, por exemplo a MF da AGÊNCIA para o período 2 calcula-se a soma das MFs da AGÊNCIA em 2008 e 2009 e divide-se por dois. Realiza-se o mesmo procedimento para o período 3 nos anos de 2010, 2011 e 2012 respetivamente, dividindo por três.

A diferença das médias aplica-se neste caso devido à existência de duas amostras independentes.

Quadro 2 – Análise das Principais Variáveis Internas e Externas

Rácio	Períodos	N	Média - Dois Períodos	Diferença Entre as Médias	t	P-Value
Margem Financeira Agência	2008 a 2009	2	1,075000 (0,3323402)	0,291667	1,386	N/S
	2010 a 2012	3	0,783333 (0,1563117)		1,159	
Margem Complementar Agência	2008 a 2009	2	0,420000 (0,0282843)	0,033333	1,044	N/S
	2010 a 2012	3	0,386667 (0,0378594)		1,125	
Resultados Antes Imposto Agência	2008 a 2009	2	0,515000 (0,3606245)	0,125000	0,556	N/S
	2010 a 2012	3	0,390000 (0,1609348)		0,461	
Custos c/ Pessoal Agência	2008 a 2009	2	0,385000 (0,0494975)	0,065000	1,892	N/S
	2010 a 2012	3	0,320000 (0,0300000)		1,664	

¹⁹ “Antes e após a crise”, considera-se o período 2008-2009, como sendo, o período antes do acentuar da crise, e o período 2010-2012 como sendo o período depois do acentuar da crise. Esta expressão, ao longo deste estudo de caso também pode aparecer como “antes e depois do pico da crise”.

Quadro 2 – Análise das Principais Variáveis Internas e Externas

Rácio	Períodos	N	Média - Dois Períodos	Diferença Entre as Médias	t	P-Value
Margem Financeira CGD	2008 a 2009	2	1,923281 (0,0501384)	0,737485	9,491	0,002
	2010 a 2012	3	1,185796 (0,0980405)		11,042	
Margem Complementar CGD	2008 a 2009	2	0,740904 (0,2270565)	0,155323	1,169	N/S
	2010 a 2012	3	0,585580 (0,0774176)		0,932	
Resultados Antes Imposto CGD	2008 a 2009	2	0,756920 (0,1917130)	0,8024277	3,058	N/S
	2010 a 2012	3	-0,045507 (0,3248881)		3,467	
Custos c/ Pessoal CGD	2008 a 2009	2	0,661170 (0,0124490)	0,112107	3,33	0,045
	2010 a 2012	3	0,549064 (0,0442951)		4,145	
Taxa de Inflação	2008 a 2009	2	0,880000 (2,4183052)	-1,7266667	-1,129	N/S
	2010 a 2012	3	2,606667 (1,1338577)		-0,943	
Taxa de Crescimento do PIB	2008 a 2009	2	-1,460000 (2,0506097)	-0,533333	-0,240	N/S
	2010 a 2012	3	-0,926667 (2,6114045)		-0,255	
Taxa Euribor	2008 a 2009	2	2,347000 (1,5627060)	0,9876667	0,996	N/S
	2010 a 2012	3	1,359333 (0,7411898)		-0,833	

Nota: Os valores entre parênteses correspondem aos valores do desvio-padrão

Fonte: Elaboração Própria – Dados Obtidos com o *Software* Estatístico SPSS

Neste caso, o teste é bilateral²⁰, sendo que há a existência de duas amostras independentes, compara-se diretamente o *p-value* com o nível de significância. Quando o *p-value* é menor que o nível de significância rejeita-se a H_0 e aceita-se a H_1 de que existem diferenças significativas entre os dois casos em análise. Quando o *p-value* é maior que o nível de significância aceita-se a H_0 de que não existem diferenças significativas nos dois casos em análise, como referido no Quadro com a sigla N/S.

Em geral, o comportamento do banco não ficou afetado pelo impacto da crise como verificado no Quadro 2. A análise dos referidos rácios da AGÊNCIA como da CGD demonstra que todos os indicadores, com exceção da MF da CGD e os custos com o pessoal da CGD, não são estatisticamente significativos perante os dois períodos em análise, ou seja, os resultados não demonstram diferenças significativas das variáveis face ao ativo entre elas.

Com análise do Quadro 2 conclui-se que, cerca de 80% dos rácios estudados não ocorreram diferenças significativas de 2008 e 2009 para 2010, 2011 e 2012. Isto significa que tanto a AGÊNCIA como a CGD não notaram alterações nos rácios durante

²⁰ Se o teste fosse unilateral comparava-se o valor de $p\text{-value}/2$ ($p\text{-value}$ a dividir por 2) com o nível de significância de 5%.

a passagem de um período para o outro. Ou seja, no período com maior impacto da crise, a maior parte das variáveis da CGD como da AGÊNCIA não foram muito afetados por esse acontecimento, entre estes dois períodos.

Assim, pela análise dos dois únicos rácios com diferenças estatisticamente significativas, a MF da CGD e os custos com o pessoal da CGD, constata-se que, a MF como principal indicador do PB, tem um $p\text{-value}=0,002<0,05$ (nível de significância de 5%). Deste modo, rejeita-se a H_0 de que não existem diferenças significativas e aceita-se a H_1 de que existem diferenças significativas no período em análise, da MF da CGD. Então, refere-se com 95% de confiança que existem diferenças significativas da MF da CGD, antes e depois do pico da crise.

Neste caso, verifica-se que a média dos rácios da MF da CGD diminui de 1,9233 no período 2 para 1,1858 no período 3. Ou seja, pode-se afirmar com 95% de certeza que a MF da CGD diminuiu do período de 2008 e 2009 para o período 2010, 2011 e 2012. Na prática, provavelmente, a CGD está a pagar menos juros nos empréstimos e a receber menos juros nos depósitos.

Como a MF é a diferença entre os juros do crédito e os juros dos depósitos, o Quadro 2 vem assim evidenciar a alteração de comportamento destes dois indicadores da CGD, entre os dois períodos em estudo, que é notória nos gráficos do capítulo 3 na secção 3.4.

O rácio custos com o pessoal da CGD, de acordo com o Quadro 2, tem um $p\text{-value}=0,045<0,05$ (nível de significância de 5%), ou seja, rejeita-se a H_0 e aceita-se a H_1 de que existem diferenças significativas nos custos com o pessoal durante os dois períodos em análise. De facto, a diferença nos custos com o pessoal só foi notória ao nível da CGD. Neste caso, verifica-se pela análise do Quadro 2, que a média dos rácios dos custos com o pessoal da CGD diminuiu de 0,6611 no período 2 para 0,5490 no período 3. Ou seja, pode-se afirmar com 95% de certeza que os custos com o pessoal da CGD diminuíram do período de 2008 e 2009 para o período 2010, 2011 e 2012. Conclui-se que, provavelmente a política de redução de custos implementada pela CGD começa a afetar os custos com o pessoal, especificamente a diminuição dos ordenados dos colaboradores, bem como o fecho de algumas Sucursais.

4.2.2. Análise das diferentes estatísticas entre os dois grupos

O Quadro 3 retrata os rácios das variáveis internas da CGD e da AGÊNCIA em conjunto, no mesmo período específico no tempo, ou seja de 2008 até 2012. Para cada rácio é calculada a média da CGD durante os cinco anos, e a média a Sucursal durante os cinco anos, designadamente o número de observações (dimensão da amostra – N)

Os rácios específicos das variáveis externas não são incluídos no Quadro 3, porque apenas existem dados para um grupo. Ou seja, não é possível dividir por exemplo a taxa de inflação da Sucursal e a taxa de inflação geral, por isso estas variáveis não foram incluídas no Quadro 3.

Neste caso, estamos também perante duas amostras independentes, ou seja cinco anos para a AGÊNCIA e cinco anos para a Sede e por isso se aplica a diferença das médias.

O Quadro 3 analisa especificamente os mesmos indicadores (colunas) que o Quadro 2, mas acrescentado apenas o indicador Grupo, isto é, compara-se os rácios das variáveis internas, para os mesmos anos entre os dois grupos específicos a AGÊNCIA e a CGD.

Com este Quadro, pretende-se comparar a variação da CGD com a Sucursal para cada rácio detalhadamente, no mesmo período em análise. Assim, o Quadro 3 pretende responder se existem diferenças significativas de cada rácio entre a CGD e a AGÊNCIA conforme a análise pelo teste (nível de significância descritivo do teste / *p-value – sig*).

Quadro 3 – Análise das Variáveis Internas entre a AGÊNCIA e a CGD

Rácio	Grupos	N	Média – Dois Grupos	Diferença Entre as Médias	T	P-Value
Margem Financeira	AGÊNCIA	5	0,900000 (0,2556365)	-0,580790	-2,684992	0,028
	CGD	5	1,480790 (0,4106089)		-2,684992	
Margem Complementar	AGÊNCIA	5	0,400000 (0,0353553)	-0,2477090	-3,547916	0,008
	CGD	5	0,647710 (0,1520625)		-3,547916	
RAI	AGÊNCIA	5	0,440000 (0,2239419)	0,164535	0,665879	N/S
	CGD	5	0,275464 (0,5051056)		0,665879	

Quadro 3 – Análise das Variáveis Internas entre a AGÊNCIA e a CGD

Rácio	Grupos	N	Média – Dois Grupos	Diferença Entre as Médias	T	P-Value
Custos c/ Pessoal	AGÊNCIA	5	0,346000 (0,0482701)	-0,247906	6,569449	0,001
	CGD	5	0,593906 (0,0692108)		-6,569449	

Nota: Os valores entre parênteses correspondem aos valores do desvio-padrão

Fonte: Elaboração Própria – Dados Obtidos com o *Software* Estatístico SPSS

Neste caso, a análise do Quadro 3 à semelhança do Quadro 2, o teste é considerado bilateral, há duas amostras independentes, ou seja, compara-se diretamente o *p-value* com o nível de significância. Assim, para a MF considere-se um *p-value*=0,027<0,05, onde se rejeita-se a H_0 e aceita-se a H_1 de que existem diferenças significativas entre MF da CGD e a MF da AGÊNCIA, para o mesmo período em análise. Significa que neste período, a média dos rácios da MF da AGÊNCIA é 0,9000 e a média dos rácios da MF da CGD é de 1,4807. Ou seja, pode-se afirmar com 95% de certeza que a MF da CGD é maior que a MF da AGÊNCIA.

Na análise da MC obtemos também diferenças significativas entre a AGÊNCIA e a CGD para o período em questão, uma vez que o *p-value*=0,008<0,05 onde se aceita a H_1 de diferenças significativas. Deste modo, pela média dos rácios da MF da AGÊNCIA de 0,4000 e pela média dos rácios da MF da CGD que é de 0,6477, conclui-se com 5% de erro de significância que a MC da CGD também é maior que a MC da AGÊNCIA, neste período.

Por último, o rácio da variável custos com o pessoal com um *p-value* muito baixo de 0,001<0,05 aceita-se a H_1 de diferenças significativas entre os custos com o pessoal da CGD com os da AGÊNCIA. Assim, pela análise das médias, constata-se que a média dos rácios da AGÊNCIA é de 0,3460, muito mais baixa que a média dos rácios da CGD que é de 0,5939. Conclui-se, com 5% de erro de significância que os custos com o pessoal são mais elevados para a CGD do que para a AGÊNCIA. É normal ocorrer esta diferença, uma vez que não se pode comparar a remuneração de um colaborador de uma Sucursal com a remuneração de um administrador do banco, ou de um chefe executivo. Por isso, é que a margem das diferenças é tão significativa (*p-value*=0.001) que justifica a diferença de ordenados pagos ao pessoal de acordo com a função que desempenham no banco.

Os rácios das variáveis externas, ou seja a taxa de inflação, a taxa de crescimento do PIB e a taxa *Euribor* não podem ser comparados para o mesmo período em questão, uma vez que os valores são os mesmos. Enquanto, no Quadro 2 referem-se os valores nos cinco anos e compara-se um período com o outro, nesta análise isso é impossível, uma vez que no período 1 considera-se os cinco anos para a AGÊNCIA e no período 2 são os cinco anos para a CGD. Nos rácios externos os valores são os mesmos no período 1 e no período 2.

4.2.3. Análise dos juros, que são os componentes que constituem a MF da CGD

A análise da Quadro 4 constata a comparação dos dois indicadores que integram a MF da CGD, ou seja, a taxa de juro a receber nos créditos e a taxa de juro a pagar nos depósitos para os dois períodos em questão, antes e depois do pico da crise.

Os resultados da MF da CGD são os mesmos que já foram calculados no Quadro 2, ou seja a MF tem diferenças significativas entre os dois períodos. Aplicam-se os mesmos resultados da MF da CGD neste Quadro, devido a estabelecer uma comparação com os dois indicadores que constituem a MF (taxa de juro a pagar e taxa de juro a receber).

Quadro 4 – Análise da MF com as Taxas de Juro a Receber e a Pagar

Rácio	Períodos	N	Média - Dois Períodos	Diferença Entre as Médias	t	P-Value
Margem Financeira CGD	2008 a 2009	2	1,923281 (0,0501384)	0,737485	9,491	0,002
	2010 a 2012	3	1,185796 (0,0980405)		11,042	
Taxa de Juro a Receber CGD	2008 a 2009	2	0,1033808 (0,0310992)	0,030902	1,729	N/S
	2010 a 2012	3	0,072907 (0,0095650)		1,363	
Taxa de Juro a Pagar CGD	2008 a 2009	2	0,103218 (0,0334940)	0,034552	1,894	N/S
	2010 a 2012	3	0,068665 (0,0061638)		1,443	

Nota: Os valores entre parênteses correspondem aos valores do desvio-padrão

Fonte: Elaboração Própria – Dados Obtidos com o *Software* Estatístico SPSS

Assim, verifica-se pela análise do Quadro 4 que os resultados da taxa média de juro a receber bem como da taxa média de juro a pagar, não são estatisticamente significativas relativamente aos dois períodos em causa. Ou seja, a alteração da MF da

CGD nos dois períodos em causa, não está relacionada com a taxa de juro a receber, nem com a taxa de juro a pagar. Significa, que os juros a receber acompanharam a evolução dos créditos efetuados, bem como os juros a pagar também acompanharam a evolução dos depósitos nos dois períodos em causa.

Em suma, a alteração da MF da CGD nos dois períodos não está relacionada com a média das taxas de juro recebidas ou pagas. Pelo que podemos avançar com a hipótese das mesmas variarem com as taxas de mercado (taxa *Euribor*), ou com a alteração do *Spread*. Como se observa no Quadro 2, na análise da taxa *Euribor* percebe-se que não ocorreram diferenças significativas entre os dois períodos. Assim, constata-se que provavelmente a taxa *Euribor* não afetou a alteração da MF da CGD entre estes dois períodos. Então, por exclusão de variáveis, verifica-se a possibilidade da alteração do *Spread* bancário ser a razão que influenciou as diferenças que ocorreram da MF da CGD, entre os dois períodos.

4.3. Conclusão da análise dos Quadros

Pela análise dos diferentes Quadros expostos, verifica-se que os determinantes selecionados do PB são essenciais para a análise do banco em questão a CGD.

Com base no Quadro 2, em geral, o comportamento do banco não ficou afetado pelo impacto da crise durante os dois períodos em análise. Denota-se que, dois únicos rácios que demonstraram diferenças significativas entre os dois períodos foram a MF da CGD e os custos com o pessoal da CGD

Em contraponto, o Quadro 3 compara os rácios da AGÊNCIA (2008-2012) com os rácios da CGD (2008-2012), e verifica-se pelos resultados, que a maior parte dos rácios demonstram diferenças significativas para um grau de confiança de 95% da AGÊNCIA para a CGD no período em causa. Significa que, os rácios analisados variam muito da AGÊNCIA para a CGD, uma vez que por exemplo os custos com o pessoal variam, devido aos ordenados que a CGD paga a um administrador do banco em comparação para um colaborador da AGÊNCIA. Denota-se também, a diferença das margens da AGÊNCIA em comparação com a CGD.

Por fim, no Quadro 4 verifica-se que a média das taxas de juro não afetaram as diferenças que ocorrem na MF da CGD entre os dois períodos. A análise do Quadro 2, comprova que a *Euribor* não demonstra diferenças entre os dois períodos, portanto conclui-se que ocorreu provavelmente uma alteração de *spread* bancário entre os dois períodos em causa, que afetaram os juros dos créditos e dos débitos. A alteração dos juros provocou a diferença estatisticamente significativa na MF da CGD.

5. Estágio realizado na AGÊNCIA da CGD

Este capítulo apresenta uma breve contextualização do estágio curricular. Nomeadamente na secção 5.1 faz-se referência às funções de cada colaborador da AGÊNCIA, quais as suas tarefas diárias e apresenta-se uma explicação das atividades desenvolvidas numa AGÊNCIA que contribuem significativamente para o sucesso do banco. Na secção 5.2 redige-se o plano curricular do estagiário, ou seja, quais as áreas que o estagiário estudou e participou, e especificamente quais as funções que desempenhou. Na Secção 5.3 relata-se um breve estudo desenvolvido durante o estágio curricular que complementa a metodologia desenvolvida no capítulo 4. Por fim, a conclusão deste capítulo, que resumo a análise e refere os principais resultados.

5.1. Estrutura Orgânica da AGÊNCIA

Ao longo do estudo mencionou-se enumeras vezes a AGÊNCIA de Santa Tecla em Braga porque foi nesta AGÊNCIA que realizei o meu estágio curricular no período de 03 de setembro de 2013 até 02 de janeiro de 2014. Esta AGÊNCIA entre muitas da CGD, contribui todos os dias para o desenvolvimento e funcionamento do banco, bem como para a melhoria da satisfação dos seus clientes.

Sendo este um relatório de estágio, portanto, torna-se relevante explicar detalhadamente a estrutura orgânica da AGÊNCIA de Santa Tecla. A AGÊNCIA conta com dez colaboradores²¹ distribuídos em diferentes áreas funcionais. Nomeadamente, o Gerente que tem como funções a gestão da AGÊNCIA bem como a execução dos objetivos, o controlo do incumprimento das dívidas dos clientes, a atividade comercial fora da AGÊNCIA (visita às empresas e aos clientes), o acompanhamento de clientes segmentados e a coordenação das reuniões semanais.

A Subgerente que tem como principais funções a gestão do pessoal (ausências), a gestão do incumprimento (reporte mensal da região), o controlo dos valores em cofre

²¹ No período do estágio curricular realizado, o número de colaboradores da AGÊNCIA era de dez elementos, mas no final do estágio um dos colaboradores reformou-se, ficando a AGÊNCIA em funcionamento apenas com nove colaboradores.

e contas passivas a liquidar e o controlo dos mapas mensais da região (isenção de comissões e descobertos).

No atendimento ao público, caracterizam-se como cinco colaboradores Administrativos – Área Comercial, dos quais dois colaboradores são responsáveis pela tesouraria, especificamente pela gestão do cofre e saldos, manutenção das ATM e ATS, cartões capturados e cadernetas, depósitos diretos, atualização de placares publicitários, panfletos e preçário e o acolhimento e atendimento polivalente em operações simples (depósitos, levantamentos, transferências, pagamentos).

Um colaborador Administrativo – Área Comercial responsável pelas operações de desconto comercial (letras e livranças), desconto de cheques pré-datados, reporte mensal de cartões de crédito e de débito e o acolhimento e atendimento polivalente.

Um colaborador Administrativo – Área Comercial responsável pelo crédito à economia (crédito às empresas), crédito especializado (*lesing* mobiliário/imobiliário), controlar renovações TPA, cartões de empresas e contas de empresas com menor volume de negócio, acolhimento e atendimento polivalente.

Por último para completar o número de colaboradores destinados a área comercial, um colaborador Administrativo – Área Comercial que trata do crédito particulares (crédito há habitação e pessoal), crédito especializado (*lesing* mobiliário), acolhimento e atendimento polivalente.

A AGÊNCIA tem também um colaborador designado Gestor Caixa Mais cujas funções passam pela gestão comercial da sua carteira de clientes CAIXAMAIS. Este gestor tem acesso a uma base de dados própria que permite controlar o cumprimento dos objetivos como o volume de negócios, nº produtos por cliente, e a rentabilidade. É responsável também pelo acolhimento e atendimento polivalente.

Por último, dois colaboradores designados por Gestor Caixa Azul com as principais funções de gestão comercial da sua carteira de clientes CAIXAAZUL. Ou seja, controlar a sua base de dados que permite controlar o cumprimento dos objetivos como o volume de negócios, nº produtos por cliente e a rentabilidade. Estes colaboradores, ao contrário dos colaboradores da área comercial, não estão colocados

no atendimento ao público, estabelecendo, apenas, um atendimento personalizado aos clientes específicos da sua carteira de clientes.

5.2. Funções importantes que o estagiário desempenha na AGÊNCIA

Eu tinha como principais atividades durante o período de realização do estágio, o conhecimento da geral da organização da AGÊNCIA. Por isso, eu tinha de cumprir um rigoroso plano de tarefas e passar por todas as áreas, de modo a adquirir o máximo possível de conhecimento, bem como desenvolver capacidades de polivalência - uma das grandes estratégias que os bancos, neste momento, estão a implementar.

A primeira área que eu tinha de desenvolver era o atendimento genérico que consistia no (1) contacto prático com bases de dados, (2) abertura, atualização e movimentação de contas (conceitos e negociação), (3) Caixa Direta, e *E-Banking*, (4) produtos não bancários e produtos estruturados, (5) produtos Fidelidade (seguros de saúde, automóvel, casa), (6) operações em bolsa, (7) obrigações de tesouro e fundos de investimento, (8) Cartões de débito, cartões de crédito, (9) LDN Limite de Descoberto Negociado/conta ordenado, (10) transferências e débitos diretos, (11) operações efetuadas com cheques e o atendimento aos clientes.

A segunda área designa-se por *back-office* e as funções a desempenhar eram (1) assuntos de arquivo, (2) compensação, (3) apoio a serviços de correio interno, (4) penhora de contas (elaboração de processos), (5) habilitação de herdeiros e (6) controlo de incumprimento. De seguida, o *front-office* que tem como funções (1) o controlo e tratamento de ATM e ATS e (2) o atendimento a clientes.

A próxima área é o crédito a particulares designadamente (1) o crédito à habitação, imobiliário e pessoal, conhecer a oferta variada de crédito e quais as taxas a praticar, realizar simulações, negociação e abertura do processo e (2) os seguros de vida Fidelidade. Outra área importante nesta AGÊNCIA é o crédito às empresas que tem como funções (1) o crédito de CP e contas correntes, (2) o crédito especializado, as garantias bancárias, (3) a negociação, ou seja, atendimento a empresas aos empresários, (4) a fase contratual, (5) oferta de seguros associados às empresas, (6) negociação de

TPA, cartões, a ativação do *E-banking*, seguros de vida empresário, (7) abertura de conta da empresa, (8) estudo e análise de risco de operações de crédito e colaboração na elaboração de propostas e por fim (9) análise e enquadramento de processos no âmbito de apoios comunitários.

Por último, a área restrita aos gestores caixa azul, na qual o estagiário tem acesso a (1) informação relacionada com o CRM, (2) segmentação de clientes e conceitos relacionados com *clusters*, (3) acompanhamento de clientes preferências da AGÊNCIA, (4) o relacionamento com esses mesmos clientes, com o objetivo da sua fidelização, (5) aconselhamento financeiro, venda de produtos específicos para esses clientes, nomeadamente fundos de investimento e (6) identificação de oportunidades de negócio e captação de novos clientes.

5.3. Como aumentar a rentabilidade da AGÊNCIA analisando o PB e as Margens

Ao longo do estágio curricular foi desenvolvida uma análise com os indicadores, designadamente o PB, MF e MC referentes ao período em análise de 2008 a 2012, da AGÊNCIA. Esta análise não pertence à metodologia, mas complementa as conclusões já aferidas. O estudo referido compara os três indicadores anuais, para cada mês de dezembro durante os cinco anos, como se pode observar de seguida nos Gráficos 7 e 9.

Esta secção pretende analisar as alternativas que permitam aumentar a rentabilidade da AGÊNCIA, permitindo que o GAP seja positivo. Deste modo, procura-se comparar os valores dos itens da MF, a MC e o PB da AGÊNCIA e chegar a uma conclusão viável sobre o que pode ser melhorado numa AGÊNCIA e quais as alternativas.

Quadro 5 - Análise do PB - Unidade Orgânica: 0721 Santa Tecla

Caixa Geral de Depósitos					
Análise do PB - Unidade Orgânica: 0721 Santa Tecla					
Variação Homóloga de dezembro nos Últimos 5 anos					
Indicadores	Anual				
	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Dez-12
MF	1.481.501,83	1.017.183,57	791.290,72	1.190.171,81	951.430,56
MC	449.682,89	533.441,75	527.542,46	459.506,20	455.604,29
PB	1.931.184,72	1.550.625,32	1.318.833,18	1.649.678,01	1.407.034,85
Indicadores	Mensal				
	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Dez-12
MF	152.102,72	57.261,34	91.157,51	103.860,03	66.432,69
MC	63.033,12	58.285,94	57.252,82	35.831,74	34.794,51
PB	215.135,84	115.547,28	148.410,33	139.691,77	101.227,20
Indicadores	Mês/Ano(%)				
	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Dez-12
MF	23,20%	-32,45%	38,24%	4,72%	-16,21%
MC	68,21%	31,12%	30,23%	-6,43%	-8,36%
PB	33,68%	-10,58%	35,04%	1,61%	-13,67%

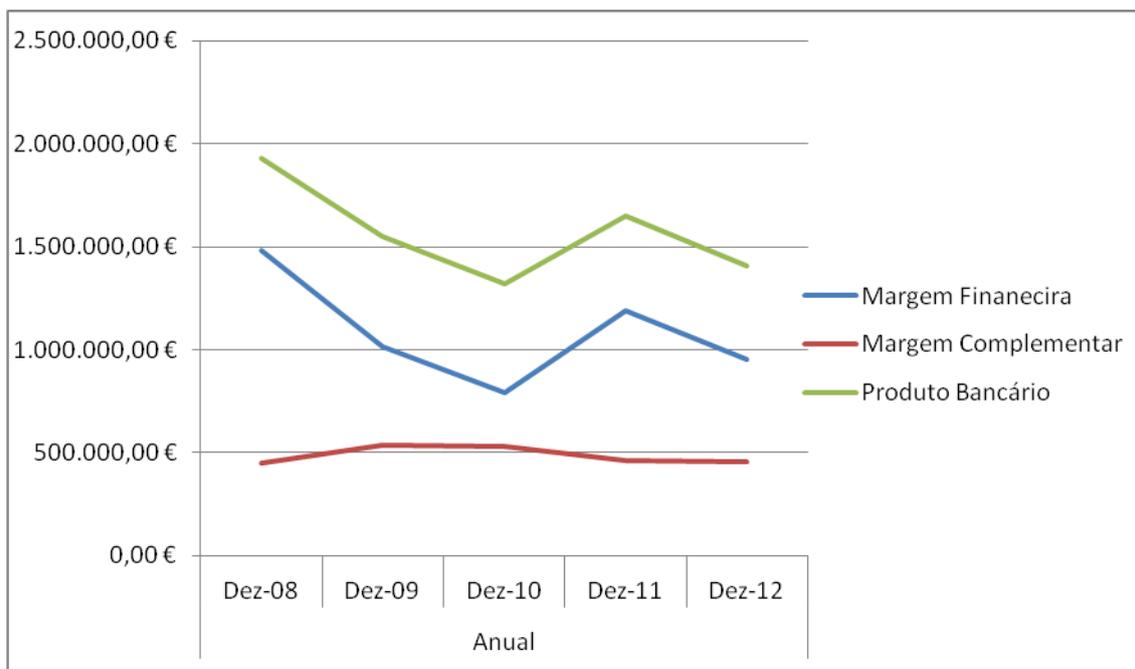
Unidade de Medida: Anual e Mensal o Euro | Mês/Ano Percentagem

Fonte: Elaboração Própria – Dados Relativos à Demonstração de Resultados da AGÊNCIA

No Quadro 5, observa-se os valores anuais dos três indicadores, nos últimos cinco anos, que é a soma de todos os valores mensais de cada ano. Este Quadro inclui também o último valor mensal, designadamente dezembro, dos três indicadores, nos últimos cinco anos. O rácio mês/ano tem como base o mês em estudo, neste caso em particular é o mês de dezembro. O cálculo para demonstrar o valor do rácio Mês/Ano (%), por exemplo para o PB de dezembro de 2012 é o PB mensal a multiplicar por 100, que divide pela média dos 12 meses do resultado do PB anual menos 100. Ou seja, $[(PB_{Mensal} * 100) / (PB_{Anual} / 12)] - 100 = -13,67\%$. Neste caso, em dezembro de 2012 uma variação negativa de 13,67 pontos percentuais, deste mês em comparação com a

média dos valores mensais do ano de 2012. Os mesmos cálculos são realizados para cada indicador, de acordo com o ano a analisar respetivamente (Quadro 5).

Gráfico 7 – Variação do PB Anual da AGÊNCIA (Euros)



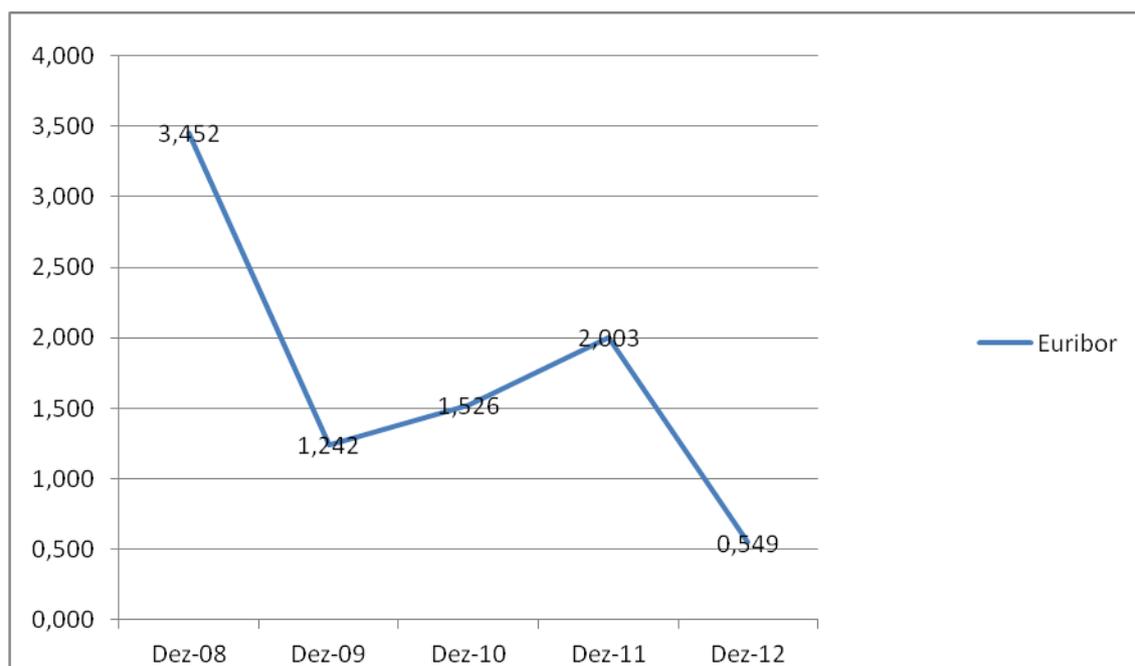
Fonte: Realização Própria – Demonstração de Resultados da AGÊNCIA

O Gráfico 7 demonstra, que a MF da AGÊNCIA, em 2008, situava-se aproximadamente 1.500.000,00€. No final do ano de 2010, comparando com os dois anos anteriores a MF caiu drasticamente para cerca de 800.000,00€, que causou também a queda do PB. A partir de 2010 até 2011, a MF aumentou significativamente para 1.190.000,00€, contribuindo para um aumento do PB. Estes dois indicadores apresentam um declive negativo de 1.190.000,00€ em 2011 para cerca de 950.000,00€ em 2012. Como se observa no Gráfico 7, o PB segue a mesma tendência da MF, ou seja mais uma razão da influência da MF no PB como principal indicador.

A MC com menor peso no PB, verifica-se estável ao longo dos cinco anos, notando-se um ligeiro aumento de 2008 até 2010 e uma ligeira descida a partir de 2010 até 2012.

A elevada oscilação da MF ao longo destes cinco anos está associada sobretudo à mesma oscilação que as taxas *Euribor* a 12 meses, no mesmo período (Gráfico 8). Ou seja, a MF está associada às taxas de juro dos depósitos e dos créditos, e essas taxas de juro estão indexadas a uma taxa variável (*Euribor*).

Gráfico 8 – Variação da Taxa *Euribor* a 12 Meses (%)



Unidade de Medida: Rácio Taxa *Euribor* a 12 Meses

Fonte: *Euribor* Dez 12 meses Média Global Rates

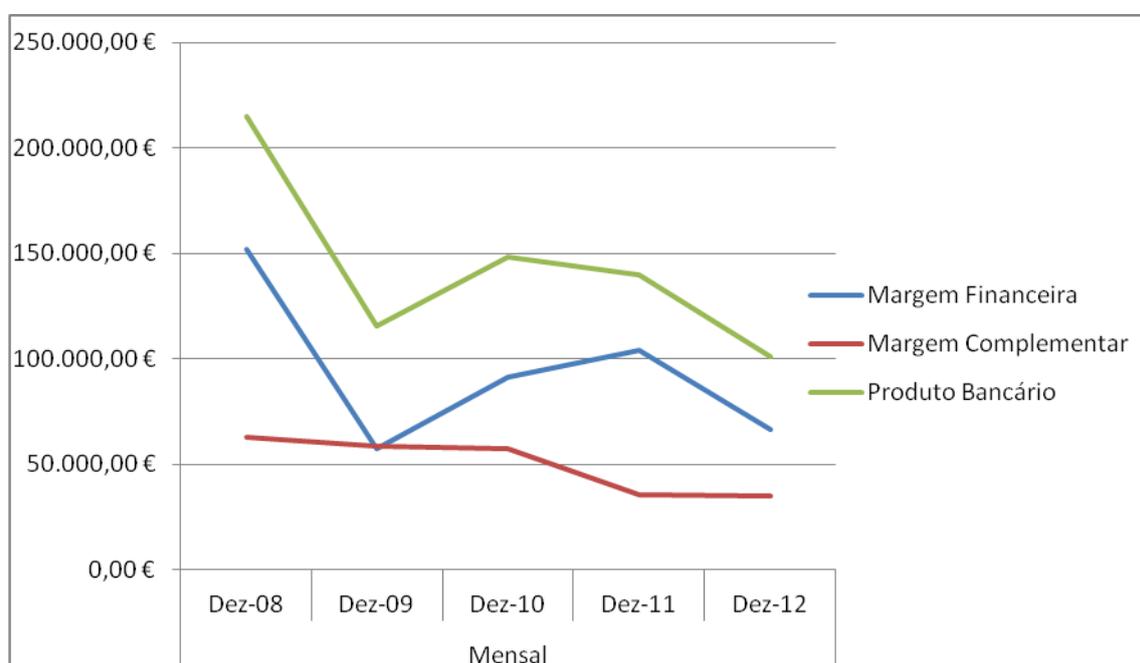
Assim, pela análise do Gráfico 8 observa-se que em dezembro de 2008 a taxa *Euribor* situava-se em 3,452%, diminuindo drasticamente em dezembro de 2009 para 1,242%. A taxa *Euribor* foi aumentando nos meses de dezembro dos dois anos seguintes, ou seja, em dezembro de 2010 aumentou para 1,526% e em dezembro de 2011 a taxa fixava-se nos 2,003%. Por último, denota-se um declive negativo no mês de dezembro de 2012 em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Isto é, a taxa *Euribor* baixou de 2,003% para 0,549%, percentagem mais baixa obtida durante o mês de dezembro dos cinco anos em análise.

A variação da taxa *Euribor* a 12 meses reflete bem a evolução da MF que se observa na análise do Gráfico 7. De facto, esta variável externa é muito importante na

gestão diária da aplicação de taxas de juro, que influencia a conduta normal das taxas de juro na atribuição de crédito e na captação de depósitos.

O Gráfico 9 também demonstra que a variação do mês de dezembro durante os cinco anos em análise segue a mesma tendência que a taxa *Euribor*. O que aponta, mais uma vez, a importância deste indicador na evolução ou diminuição das margens e consequentemente, e mais importante, no aumento ou diminuição do PB.

Gráfico 9 – Variação do PB do Mês de dezembro da AGÊNCIA (Euros)



Fonte: Realização Própria – Demonstração de resultados da AGÊNCIA

A análise do Gráfico 9 é semelhante à análise do Gráfico 7. Enquanto o Gráfico 7 analisa a variação anual destes indicadores da AGÊNCIA, o Gráfico 9 demonstra para os mesmos indicadores, a variação do mês de dezembro durante os cinco anos. Observa-se pela análise deste gráfico que a MF tal como o PB, em comparação do mês de dezembro de 2008 com o mês de dezembro de 2009 decresceram. A MF em dezembro de 2008 situava-se cerca de 152.000,00€, diminuindo para cerca de 58.000,00€ no mesmo mês no ano de 2009. Em dezembro de 2011 a MF aumentou para cerca de 103.000,00€ decaindo, em comparação com o mesmo mês no ano de 2012 para 66.000,00€.

Estabelecendo uma comparação da MF com o PB obtemos que, no mês de dezembro 2009 para dezembro de 2010 a MF, bem como o PB aumentaram, sendo que em Dez de 2011 a MF aumentou, mas o PB começou a cair, consequência da diminuição da MC. Em Dez de 2012 em comparação com o mês do ano anterior, o PB e a MF diminuíram.

5.4. Algumas reflexões sobre o estágio e considerações gerais dos Gráficos

O estágio curricular foi uma oportunidade para desenvolver competências já adquiridas no estágio do Banco Espírito Santo, nomeadamente no atendimento ao cliente, no CRM (contactos, vendas em contactos e oportunidade de negócios), na capacidade para negociar, na atribuição de crédito às famílias e no acompanhamento às empresas. Durante o estágio, consegui desenvolver competências já adquiridas na universidade que foram muito importantes para a minha progressão como profissional na área da banca mas também ao nível pessoal.

Com esta experiência, comprovei a dificuldade económica que as famílias atravessam e a capacidade dos bancos em se adaptarem à realidade através da criação e diversos produtos conseguindo chegar à maior parte das famílias portuguesas. Os bancos tiveram de criar soluções para manter uma liquidez financeira estável, devido ao risco do país ser elevado e, portanto existir desconfiança em investir no país. Assim, este capítulo incide na comparação dos três indicadores aferidos da AGÊNCIA, durante o período em análise.

O Quadro 5 demonstra os valores reais dos três indicadores aplicados na elaboração dos Gráficos. O Gráfico 7 demonstra a variação anual dos três indicadores ao longo dos cinco anos enquanto o Gráfico 9 demonstra a comparação do mês de dezembro em particular ao longo dos cinco anos. Portanto, através da análise específica da AGÊNCIA de Santa Tecla, verifica-se em geral que o PB, em média, tem vindo a decrescer ao longo dos cinco anos, devido sobretudo à descida da taxa *Euribor* por sua vez consequência da crise financeira global.

Por último, a CGD é importante num país com dificuldades económicas, uma vez que, a MF e a MC afetam diretamente as famílias e as empresas. A MF com maior influência no PB, que inclui os depósitos e créditos, a famílias e a empresas, atividades realizadas diariamente na AGÊNCIA enquanto que a MC com menor influência (<50%) inclui os produtos não bancários como os seguros da seguradora Fidelidade.

6. Considerações Finais

Neste capítulo serão apresentadas as principais conclusões e limitações desta análise, bem como recomendações para trabalhos futuros.

6.1. Principais Conclusões

Este estudo comparou os determinantes que afetam o PB antes e após a crise, da AGÊNCIA como da CGD. A amostra recolhida é referente a um período de 2008 a 2012. Com base na literatura relevante foram testados os seguintes determinantes internos (i) MF, (ii) MC, (iii) resultados antes de imposto, (iv) custos com pessoal, da AGÊNCIA como da CGD e os determinantes externos (v) taxa de inflação, (vi) taxa de crescimento do PIB, (vii) taxa *Euribor*.

Os resultados obtidos sugerem que, no estudo relativamente aos determinantes internos e externos, da AGÊNCIA como da CGD, entre dois períodos 2008 a 2009 para com 2010 a 2012 (Quadro 2), a maior parte dos determinantes não notaram diferenças durante estes dois períodos, com exceção à MF da CGD e os custos com o pessoal da CGD. De facto, estes dois determinantes notaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois períodos, o que era previsível, uma vez que a política de redução de custos da CGD engloba a redução de custos com o pessoal, nomeadamente no encerramento de Sucursais e no despedimento de pessoal verificado provavelmente no segundo período. A ocorrência de diferenças estatisticamente significativas da MF da CGD durante estes dois períodos, também era previsível, tal deveu-se às políticas estratégicas implementadas pela CGD, provavelmente no segundo período de redução da atribuição de crédito (o que provocou a subida das taxas de juro).

Todavia, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas dos determinantes selecionadas para a AGÊNCIA, nem para a MC da CGD, resultados antes de impostos da CGD e nem para nenhum determinante externo, entre os dois períodos em análise, ao contrário do que era esperado (Quadro 2). Ou seja, coloca-se a hipótese de serem os acordos de Basileia 2 e recentemente de Basileia 3, que obrigou os bancos a aplicar medidas contrárias ao esperado e isso restringiu um pouco à atividade bancária.

Na comparação dos determinantes internos da AGÊNCIA (2008 a 2012) com os da CGD (2008 a 2012), denota-se que ocorrem diferenças estatisticamente significativas entre os determinantes selecionados, com exceção para os resultados antes de imposto. Este comportamento era esperado, uma vez que, as decisões estratégicas aplicadas na CGD com instituição que engloba um conjunto de agências e controla diferentes departamentos institucionais diferem, das decisões que cada AGÊNCIA aplica diariamente.

Ao longo da literatura verifica-se que a MF é o principal determinante do PB. Assim, como a definição da MF é os juros a pagar menos os juros a receber, optou-se por realizar uma análise aos juros, como se observa no Quadro 4, os juros que afetam a MF da CGD. Como demonstra o Quadro, verifica-se que não ocorreram diferenças significativas dos juros entre os dois períodos em análise (2008 a 2009 e 2010 a 2012). Então, a alteração da MF poderá ser explicada pela alteração das políticas de *spread* aplicadas pelo banco, uma vez que, não se relevou diferente nas alterações dos juros como se observa no Quadro 4, nem na alteração da taxa *Euribor* verificada no Quadro 2, entre os dois períodos em causa.

6.2. Limitações do Estudo

Ao longo da elaboração deste relatório foram encontradas algumas limitações, das quais parte delas foram solucionadas por alternativas viáveis e nas outras optou-se pela sua não introdução. No entanto, estas barreiras não distorcem a imagem fidedigna deste trabalho.

Começa-se por referir que inicialmente foi previsto uma amostra de 10 anos, mas apenas foi possível a aquisição dos dados para a CGD, enquanto para a AGÊNCIA tal não foi possível, limitando assim o número de observações. Não foi possível a disponibilização de dados da AGÊNCIA antes de 2008, deste modo, a análise foi definida apenas nestes cinco anos. O objetivo era seguir o modelo de Ho and Saunders (1981), que foi um dos estudos pioneiros sobre os determinantes das margens líquidas dos juros bancários, adaptando às variáveis estudadas ao longo do relatório. E assim,

construir um modelo econométrico que analisa-se as margens dos juros que são os principais determinantes do PB.

Os dados que foram aplicados são dados de informação não consolidada, contudo, no caso em que faltou informação não consolidada, utilizou-se a consolidada.

Em alguns relatórios de contas aparece ativo líquido e outras aparece apenas ativo. Os balanços médios estimados constituem uma limitação, já que poderão não corresponder aos reais por a variação não ser necessariamente homogénea ao longo do ano. Porém, com a informação disponível, não se encontrou melhor alternativa.

Os determinantes selecionados foram os que, de acordo com a literatura, melhor explicam a rentabilidade e especificamente o PB. Para próximas análises é sugerido um maior número de observações e era interessante a análise de mais agências da CGD em comparação com a Sede, ou então a análise da Sede em comparação com as várias regiões que constituem a CGD, nomeadamente a Direção de Particulares e Negócios do Norte, Direção de Particulares e Negócios de Lisboa, Direção de Particulares e Negócios do Centro e Direção de Particulares e Negócios do Sul.

Bibliografia

- Abreu, M. e Mendes, V. (2002), “Commercial Bank Interests Margins and Profitability: Evidence from E.U. Countries”, Working Paper 122, Universidade do Porto.
- Acemoglu, D. e Zilibotti F. (1997), “Was Prometheus Unbound by Chance? Risk, Diversification, and Growth”, *Journal of Political Economy*, vol. 105, 709–775.
- Allen, F. e Gale D. (1995), “A Welfare Comparison of the German and U.S. Financial Systems”, *European Economic Review*, vol. 39, 179–209.
- Altunbas, Y., Manganelli, S. e Ibanez, D. M. (2011), “Bank Risk During the Financial Crisis do Business Models Matter?”, *Macprudential Research Network*, European Central Bank.
- Angbazo, L. (1997), “Commercial Bank Net Interest Margins, Default Risk, Interest-Rate Risk, and Off-Balance Sheet Banking”, *Journal of Banking and Finance*, vol. 21, 55–87.
- Angelini, P. e Cetorelli, N. (1999), “Bank competition and regulatory reform: The case of the Italian banking industry”, Working Paper 99-32, Federal Reserve Bank of Chicago.
- Arriaga, C. e Miranda, L. (2009), “Risk and Efficiency in Credit Concession: A Case Study in Portugal”, *Management Global Transitions*, vol. 7, 307-326.
- Arrow, K. J. e Debreu, G. (1954), “Existence of an Equilibrium for a Competitive Economy”, *Econometrica*, vol. 22, 265-290.
- Athanasoglou, P., Brissimis, S. e Delis, M. (2008), “Bank-Specific, Industry-Specific and Macroeconomic Determinants of Bank Profitability”, *Journal of International Financial Markets Institutions and Money*, vol. 18, 121-131.

- Athanasoglou, P., Brissimis, S. e Delis, M. (2005), “Bank-Specific, Industry-Specific and Macroeconomic Determinants of Bank Profitability”, Working Paper 25, Bank of Greece.
- Barth, J.R., Caprio, G. e Levine, R. (2004), “Bank supervision and regulation: What works best?”, *Journal of Financial Intermediation*, vol. 13, 205-248.
- Boot, A. W. A. e Thakor A. (1997), “Financial System Architecture”, *Review of Financial Studies*, vol. 10, 693–733.
- Bourke, P. (1989), “Concentration and Other Determinants of Bank Profitability in Europe, North America and Australia”, *Journal of Banking and Finance*, vol. 13, 65-79.
- Delis, M. D. e Papanikolaou, N. I. (2009), “Determinants of bank efficiency: evidence from a semi-parametric methodology”, *Managerial Finance*, vol. 35, 260-275.
- Demirgüç, K. A., Feyen, E. e Levine, R. (2012), “The Evolving Importance of Banks and Securities Markets”, *The World Bank Economic Review*, vol. 27, 1-15.
- Demirgüç, K. A. e Levine, R. (2001), “Financial Structures and Economic Growth: A Cross-Country Comparison of Banks, Markets, and Development”. Cambridge. The MIT Press.
- Demirguc, K. A. e Huizinga, H. (1998), “Determinants of Commercial Bank Interest Margins and Profitability: Some International Evidence”, California, World Bank, Development Research Group.
- Demirguc, K. A. e Huizinga, H. (1999), “Determinants of Commercial Bank Interest Margins and Profitability: Some International Evidence”, *World Bank Economic Review*, vol. 13, 379-408.

- Demirguc, K. A. e Maksimovic, V. (1998), “Law, Finance, and Firm Growth”, *Journal of Finance*, vol. 53, 2107-2137.
- Dewatripont, M. e Maskin E. (1995), “Credit Efficiency in Centralized and Decentralized Economies”, *Review of Economic Studies*, vol. 62, 541–555.
- Dewatripont, M., Rochet, J. C. e Tirole, J. (2010), “Balancing the Banks Global Lessons from the Financial Crisis”. Princeton University Press.
- Dietrich, A. e Wanzenried, G. (2010), “Determinants of Bank Profitability Before and During the Crisis: Evidence from Switzerland”, *Journal of International Financial Markets Institutions & Money*, vol. 21, 307-327.
- Frank, N. e Hesse, H. (2009), “The Effectiveness of Central Bank Interventions During the First Phase of the Subprime Crisis”, Working Paper, International Monetary Fund.
- Freixas, X. e Rochet, J. C. (2006), “Microeconomics of Banking”. Cambridge. The MIT Press, Second Edition.
- Girardone, C., Molyneux, P. e Gardener, E. P. M. (2004), “Analysing the determinants of bank efficiency: the case of Italian banques”, *Applied Economics*, vol. 36, 215-227.
- Goggin, J., Holton, S., Kelly, J., Lydon, R. e Mcquinn, K. (2012), “The financial crisis and the pricing of interest rates in the Irish mortgage market: 2003-2011”, Banc Ceannais na hÉireann, Central Bank of Ireland.
- Goudreau, R. E. (1992), “FYI: Commercial Bank Profitability Rises as Interest Margins and Securities Sales Increase”, *Economic Review*, Federal Reserve Bank of Atlanta.

- Guru B. K., Staunton J. e Balashanmugam B. (2002), “Determinants of commercial bank profitability in Malaysia”, Working Paper, Multimedia University.
- Hempel, G. H., Simonson, D. G. e Coleman, A. B. (1994), “Bank Management: Text and Cases”. New York. John Wiley and Sons, Inc.
- Holmstrom, B. e Tirole J. (1993), “Market Liquidity and Performance Monitoring”, *Journal of Political Economy*, vol. 101, 678–709.
- Ho, T.S.Y. e Saunders, A. (1981), “The Determinants of Bank Interest Margins: Theory and Empirical Evidence”, *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, vol. 4, 581-600.
- Jha, S. e Hui, X. (2012), “A Comparison of Performance of Commercial Banks: A Case Study of Nepal, School of Management”, *African Journal of Business Management*, vol. 6, 7601-7611.
- Kasman, A., Tunc G., Vardar G. e Okan B. (2010), “Consolidation and commercial bank net interest margins: Evidence from the old and new European Union members and candidate countries”, *Economic Modelling*, vol. 27, 648–655.
- Khawaja, I. (2011), “Interest Margins and Banks: Asset-Liability Composition”, *The Lahore Journal of Economics*, vol. 16, 255-270.
- Kosmidou, K., Pasiouras, F. e Zopounidis, C. (2006), “Assessing Performance Factors in the UK Banking Sector: A Multicriteria Methodology”, *Central European Journal Operational Research*, vol. 14, 25-44.
- Kosmidou, K., Tanna, S. e Pasiouras, F. (2005), “Determinants of Profitability of Domestic UK Commercial Banks: Panel Evidence from period 1995-2002”, Working Papers 45, Macro and Finance.

- Levine, R. (1997), “Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda”, *Journal of Economic Literature*, vol. 35, 688–726.
- Levine, R. e Zervos S. (1998), “Stock Markets, Banks and Economic Growth”, *American Economic Review*, vol. 88, 537-558.
- Liebeg, D. e Schwaiger, M. S. (2012), “Determinants of the Interest Rate Margins of Austrian Banks”, Working Paper, Central bank of the Republic of Austria.
- Liu, H. e Wilson, J. (2010), “The Profitability of Banks in Japan”, *Applied Financial Economics*, vol. 20, 1851-1866.
- Martinez P. M. S. e Mody, A. (2004), “How foreign participation and market concentration impact bank spreads: Evidence from Latin America”, *Journal of Money, Credit and Banking*, vol. 36, 511–537.
- Maudos, J. e Fernández G. J. (2004), “Factors Explaining the Interest Margin in the Banking Sectors of the European Union”, *Journal of Banking and Finance*, vol. 28, 2259–2281.
- Mercer, Z.C. (1992), “Valuing financial institutions”. Homewood, Illinois. Business One Irwin.
- Molyneux, P. e Thornton, J. (1992), “Determinants of European Bank Profitability: A Note”, *Journal of Banking and Finance*, vol. 16, 1173-1178.
- Perry, P. (1992), “Do Banks Gain or Lose from Inflation?”, *Journal of Retail and Banking*, vol. 14, 25-30.
- Pinho, M. C. (1994), “Margem Financeira”, *Revista da Associação Portuguesa de Bancos*, 5-15.

- Rajan, R. G. (1992), "Insiders and Outsiders: The Choice between Informed and Arm's Length Debt", *Journal of Finance*, vol. 47, 1367–1400.
- Revell, J. (1979), "Inflation and Financial Institutions". London. Financial Times.
- Samuelson, P.A. (1945), "The effects of interest rate increases on the banking system", *American Economic Review*, vol. 35, 16–27.
- Sapienza, P. (2002), "The effects of banking mergers on loan contracts", *Journal of Finance*, vol. 57, 329–367.
- Sinkey, J.F. (1992), "Commercial Bank Financial Management in the Financial Services- Industry". New York. Macmillan.
- Sufian, F. e Habibullah M. S. (2009), "Bank specific and macroeconomic determinants of bank profitability: Empirical evidence from the China banking sector", *Frontiers of Economics in China*, vol. 4, 274–291.
- Thygerson, K. J. (1995), "Management of Financial Institutions". New York, HarperCollins.
- Tirole, J. (2006), "The Theory of Corporate Finance". Princeton. Press Princeton and Oxford.
- Wong, K. P. (1997), "On the determinants of bank interest margins under credit and interest rate risks", *Journal of Banking and Finance*, vol. 21, 251-271.
- Zineldin, M. (1996), "Bank strategic positioning and some determinants of bank selection", *International Journal of Bank Marketing*, vol. 14, 12–22.

Apêndices

Rácios relativos à AGÊNCIA

Ano	MF	MC	RAI	Custos c/pessoal	Taxa Inflação	Taxa crescimento do PIB	<i>Euribor</i> Dez 12 M
2008	1,3100	0,4000	0,7700	0,4200	2,5900	-0,0100	3,4520
2009	0,8400	0,4400	0,2600	0,3500	-0,8300	-2,9100	1,2420
2010	0,6400	0,4300	0,2600	0,3500	1,4000	1,9400	1,5260
2011	0,9500	0,3700	0,3400	0,3200	3,6500	-1,5500	2,0030
2012	0,7600	0,3600	0,5700	0,2900	2,7700	-3,1700	0,5490

Fonte: Elaboração Própria

- 1- MF, MC, RAI e Custos c/Pessoal Rácios Relativos à Demonstração de Resultados da AGÊNCIA
- 2- Taxa de Inflação Total Geral Pordata
- 3- Taxa de Crescimento do PIB Preços Contantes
- 4- Taxa *Euribor* Dez 12 meses Média (Global Rates)

Rácios relativos à CGD

Ano	MF	MC	RAI	Custos c/pessoal	Taxa Inflação	Taxa crescimento do PIB	<i>Euribor</i> Dez 12 M
2008	1,8878	0,5804	0,8925	0,6700	2,5900	-0,0100	3,4520
2009	1,9587	0,9015	0,6214	0,6524	-0,8300	-2,9100	1,2420
2010	1,2483	0,6006	0,2417	0,5975	1,4000	1,9400	1,5260
2011	1,0728	0,6544	0,0200	0,5391	3,6500	-1,5500	2,0030
2012	1,2363	0,5017	-0,3981	0,5106	2,7700	-3,1700	0,5490

Fonte: Elaboração Própria

- 1- MF, MC, RAI e Custos c/Pessoal Rácios Relativos à Demonstração de Resultados da CGD
- 2- Taxa de Inflação Total Geral Pordata
- 3- Taxa de Crescimento do PIB Preços Contantes
- 4- Taxa *Euribor* Dez 12 meses Média (Global Rates)

Taxa Média de Juros CGD

Ano	Taxa Média de Juro a Receber	Taxa Média de Juro a Pagar
2008	0,1258	0,1269
2009	0,0818	0,0796
2010	0,0624	0,0623
2011	0,0811	0,0746
2012	0,0752	0,0691

Fonte: Elaboração Própria – Dados relativos à CGD

- 1- Taxa Média de Juro a Receber = Total dos juros a receber nesse ano / total de crédito nesse ano
- 2- Taxa Média de Juro a Pagar = Total dos juros a pagar nesse ano / total de depósitos nesse ano

Rácios Créditos e Depósitos AGÊNCIA

Ano	Crédito Normal	Depósitos (Recursos)
2008	0,5337	0,4649
2009	0,5144	0,4843
2010	0,4953	0,5039
2011	0,4686	0,5309
2012	0,4391	0,5607

Fonte: Elaboração Própria – Dados relativos á AGÊNCIA

- 1- Crédito Normal = Total de crédito nesse ano / ativo nesse ano
- 2- Depósitos (Recursos) = Total de depósitos nesse ano / ativo nesse ano

Rácios Crédito e Depósitos CGD

Ano	Crédito Normal	Depósitos (Recursos)
2008	0,6623	0,5230
2009	0,6199	0,5076
2010	0,6162	0,4857
2011	0,6161	0,5314
2012	0,6262	0,5699

Fonte: Elaboração Própria – Dados relativos á AGÊNCIA

- 1- Crédito Normal = Total de crédito nesse ano / ativo nesse ano
- 2- Depósitos (Recursos) = Total de depósitos nesse ano / ativo nesse ano